



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

KAREN KALIL WALDEMARIM

A percepção da variação entre a morfologia de modo subjuntivo e a morfologia de modo indicativo em orações subordinadas no português brasileiro: Um estudo Psicolinguístico.

CAMPINAS

2020

KAREN KALIL WALDEMARIM

**A PERCEPÇÃO DA VARIAÇÃO ENTRE A MORFOLOGIA DE MODO
SUBJUNTIVO E A MORFOLOGIA DE MODO INDICATIVO EM
ORAÇÕES SUBORDINADAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM
ESTUDO PSICOLINGUÍSTICO.**

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de Mestra em Linguística.**

Orientador (a): Prof. Dr. THIAGO OLIVEIRA DA MOTTA SAMPAIO

**Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pela aluna Karen
Kalil Waldemarim e orientada pelo Prof. Dr. Thiago Oliveira da Motta Sampaio.**

CAMPINAS,

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de
Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da
Linguagem Leandro dos Santos Nascimento
- CRB 8/8343

Waldemarim, Karen Kalil, 1993-
W144p A percepção da variação entre a morfologia de modo subjuntivo e a morfologia de modo indicativo em orações subordinadas no português brasileiro : um estudo psicolinguístico. / Karen Kalil Waldemarim. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Thiago Oliveira da Motta Sampaio.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Modalidade (Linguística). 2. Psicolinguística. 3. Funcionalismo (Linguística). I. Oliveira da Motta Sampaio, Thiago. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The perception of the variation between subjunctive mood and indicative mood in subordinate clauses in brazilian portuguese: a psycholinguistic study

Palavras-chave em inglês:

Modality (Linguistics)

Psycholinguistics

Functionalism

(Linguistics)

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestra em Linguística

Banca examinadora:

Thiago Oliveira da Motta Sampaio

[Orientador] Tatiana Schwochow Pimpão

Anieli Improta França

Data de defesa: 06-04-2020

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-7812-399X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8166875187389139>



BANCA EXAMINADORA:

Thiago Oliveira da Motta Sampaio

Tatiana Schwochow Pimpão

Aniela Improta França

IEL/UNICAMP
2020

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

Dedico esse trabalho a todas as mulheres à minha volta,

“Todas nós seguimos em frente quando

Percebemos como são fortes

E admiráveis as mulheres

À nossa volta.”

Rupi Kaur.

Agradecimentos:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) – código 001.

O percurso feito do início à conclusão do trabalho foi bastante tortuoso e cheio de percalços que, em sua maioria, não podiam ser resolvidos com uma assessoria acadêmica, mas com escuta e afeto.

Quero agradecer, primeiramente, ao meu orientador Prof. Dr. Thiago Motta, que apoiou as minhas ideias desde a época da minha segunda graduação em Linguística e me ajudou muito nessa mudança radical de área de pesquisa, da Linguística Aplicada à Psicolinguística. Além de estudar para me indicar as melhores referências e discutir o percurso, nunca me impondo um caminho, mas me dando liberdade e apoio para escolher o meu próprio trajeto acadêmico.

Em segundo lugar, agradeço à minha família, meus pais, Rita e Fernando que me conceberam e criaram com amor, à minha irmã que é minha maior companheira e apoiadora de todos os meus sonhos, até mesmo quando eles mudam drasticamente e preciso me reencontrar. Agradeço a todos os meus amigos que me fizeram companhia nas horas boas e também entenderam os sumiços nos finais de semestre devido aos prazos de entrega. Agradeço nominalmente à Nina e ao Caique que me acolheram na casa deles sempre que eu precisei ficar em Campinas, com muito carinho e trocas positivas para meu engrandecimento enquanto pessoa e profissional. Também agradeço ao meu cunhado, Fred, por proporcionar os melhores cafés da manhã nos sábados de trabalho. Agradeço ao meu namorado, Gabriel, por tornar a vida mais leve, por vibrar a cada parágrafo escrito e por me fazer continuar até o fim. Por fim, agradeço aos meus alunos que são o motivo de eu querer continuar estudando.

Agradeço especialmente à leitura e atenção dos membros da banca de qualificação, Diogo Pinheiro e Livia Oushiro, e da examinadora: Tatiana Schwochow Pimpão e Aniela Improta França.

Resumo:

Esta pesquisa estuda o fenômeno da alternância entre a marcação morfológica de modo subjuntivo e indicativo em contextos de modalidade subjuntiva no Português do Brasil. Em primeiro lugar, é possível se perguntar se essa alternância é uma escolha intencional do falante e altera significativamente a interpretação da frase, ou se essa alternância é uma variação linguística. Em segundo lugar, é possível se perguntar se a estrutura da frase interfere na escolha da marcação morfológica (ex. tipo de verbo, tempo e aspecto verbal). Desse modo, a linha teórica que melhor descreve os contextos semânticos de uso dos modos verbais nas línguas é a linguística funcional. Autores como Givón (1994); Mithun (1999); Palmer (2001) definem os conceitos de modalidade e o modo nas línguas e descrevem contextos em que essa alternância é possível e intencional. Diante dessas questões, propomos um estudo psicolinguístico do fenômeno que já foi estudado em pesquisas na área da linguística funcional e em estudos sociolinguísticos. Essa dissertação apresenta dois experimentos psicolinguísticos de leitura automonitorada com tarefa de julgamento de atribuição de crença (certeza). Nossos resultados indicam que não é possível aferir nenhum tipo de aumento de custo cognitivo na alternância dos modos indicativo e subjuntivo durante a leitura online das frases. Porém, é possível perceber que, em uma tarefa de avaliação da crença (certeza), os participantes atribuem maior nível de certeza do emissor nas informações dadas no modo indicativo do que naquelas dadas no modo subjuntivo.

Palavras-chave: Psicolinguística. Modo. Modalidade. Alternância. Atribuição de Crença.

Abstract:

The present research investigates the alternation between the morphological marking of Subjunctive / Indicative Mood in subjunctive modality contexts in Brazilian Portuguese. First, we investigate whether the alternation is an intentional choice of the speakers to slightly modify the meaning of a sentence, or whether it is a linguistic variation. Second, we investigate whether the sentence structure interferes with the choice of morphological marking (e.g. type of verb, tense and verbal aspect). The theoretical framework that best describes the use of Mood is the Functional Linguistics. Authors such as Givón (1994), Mithun (1999), Oliveira (2007) and Palmer (2001) define the concepts of modality and mood in languages and describe contexts where alternation is possible and intentional. Given these questions, we propose a psycholinguistic approach to shed light at the phenomenon that has already been studied in other research fields such as functional linguistics and sociolinguistics. We ran two self-paced reading experiments with belief (certainty) attribution tasks. By our results, it is not possible to measure a hypothetical increase in cognitive demands in the alternation between indicative and subjunctive morphological forms during participants' online reading times. However, in the belief (certainty) attribution task, participants assign a higher level of certainty to the issuer when the information is given in the indicative form than in the ones given in the subjunctive form.

Keywords: Psycholinguistics. Mood. Modality. Alternation. Belief Attribution.

Sumário

1. Introdução	11
2. Linguística funcional	13
2.1. Da variação linguística para a mudança linguística	15
2.2. O funcionalismo de Talmy Givón	17
3. A noção de modalidade e de modo	19
3.1. Asserções Realis e Irrealis	21
3.2. Modalidades essenciais: deôntica e epistêmica	24
3.3. O uso variável do modo subjuntivo e sua distribuição em um novo continuum	30
3.4. As categorias TAM (Tempo, Modo e Aspecto)	32
4. A aquisição do modo subjuntivo	34
4.1 Teoria da mente e modalização da linguagem	36
5. Estudos sobre variação entre indicativo e subjuntivo em adultos	39
5.1. Domingos, 2004	40
5.2 Vieira, 2007	43
5.3. Oliveira, 2007	44
5.4. Barbosa, 2013	45
5.5 Carvalho, 2014	47
5.6. Santos, 2015	48
5.7. Síntese dos resultados e conclusões	49
6. Experimento 1	50
6.1 Hipóteses	51
6.2 Participantes	52
6.3 Materiais	52
6.3.1. Exemplos das frases experimentais	53
6.4 Procedimentos	53
6.5 Previsões	54
6.6 Resultados	55
6.7 Discussão	58
7. Experimento II	60
7.2 Participantes	61
7.3 Hipóteses	62
7.4 Procedimentos	62
7.5 Previsões	63

7.6. Resultados	63
7.7 Discussão	65
8. Considerações Finais	67
Bibliografia:	70
Anexos	74

1. Introdução

O Português do Brasil (PB) possui três modos verbais, responsáveis por evidenciar as noções de comando, de realidade e de irrealidade de um evento. Estes modos são, respectivamente: (i) Imperativo, responsável por indicar pedidos e ordens (1.1), (ii) Indicativo, responsável por expressar realidade e certeza (1.2); e (iii) Subjuntivo, responsável por expressar hipóteses e incertezas (1.3) (Faraco e Moura, 2012). Segundo Longchamps e Corrêa (2009), a marcação de modo verbal é uma forma de indicar a modalidade, ou seja, uma *“categoria mais geral com a qual os falantes expressam suas opiniões ou atitudes acerca do que dizem ou da situação a que se referem”*.

1.1. **Pague** os ingressos no cinema para mim.

1.2. Eu **pago** os ingressos de hoje no cinema.

1.3. Eu pagaria os ingressos de hoje, se o banco não **tivesse bloqueado** meu cartão.

Segundo Palmer (2001), todas as línguas possuem sistemas sintáticos que permitem ao falante expressar suas atitudes e crenças acerca de um evento, apenas uma delas é a marcação morfológica de modo verbal. Na Linguística Funcional, existem alguns estudos descritivos sobre o funcionamento do modo verbal, inclusive com as diferenças entre as diversas línguas de modo (como o espanhol e o francês) e as línguas de modalidade lexical (inglês), por esses estudos é possível perceber que os casos de uso do modo subjuntivo prescritos pela gramática normativa são bastante engessados e não levam em conta as diferentes nuances semânticas das diversas sentenças que ocorrem devido à interferência de outros elementos como a carga semântica do verbo da oração principal, o uso de advérbios e o aspecto verbal da frase (Givón, 1994; Palmer, 2001; Pimpão, 2012).

Diante da disparidade entre o que é recomendado pela gramática normativa e o funcionamento real dos modos verbais, esse trabalho enfatiza os contextos de uso da marcação morfológica de modo subjuntivo em orações subordinadas, uma vez que, de acordo com Lyons (1977, p. 328), **subjuntivo** *“vem da tradução latina da palavra grega que significava subordinante e demonstra que, para a gramática tradicional, o modo subjuntivo é o modo por excelência da subordinação”*. No entanto, o que pode ser facilmente observado pelos falantes e que já foi estudado tanto na Linguística Funcional, quanto na sociolinguística, é o uso do modo indicativo nas orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais, entretanto, esse trabalho foca nas orações subordinadas substantivas nas quais o verbo

principal expressa incerteza (1.4) porque é a acepção principal para uso da morfologia de modo subjuntivo de acordo com as gramáticas normativas e escolares.

1.4. Ela duvida que eu **trabalhe** para a firma de tradução da editora.¹

De acordo Longchamps e Correa (2009), por ser considerado um modo de subordinação (Lyons, 1977) ocorre em uma estrutura sintática mais complexa, por isso, a aquisição do modo subjuntivo é mais tardia em relação ao modo indicativo, que é a forma marcada no Português Brasileiro (PB)². Portanto, essa dissertação parte de evidências funcionalistas e sociolinguísticas para buscar compreender, através de experimentos de psicolinguística, o processamento do modo subjuntivo em comparação com o modo indicativo. Ademais, também serão analisadas as nuances de significado das sentenças em relação à assertividade da sentença ao mudar o verbo principal da oração principal e o modo verbal da oração subordinada. Vale ressaltar, a originalidade da pesquisa desse objeto (modo verbal) na abordagem da psicolinguística, o que pode contribuir para novas pesquisas nessa área.

A dissertação será dividida em 7 capítulos, considerando a introdução um destes. Desse modo, o capítulo 2 disserta, rapidamente, sobre a história da linguística funcional e como essa linha teórica aborda a variação e a mudança linguística. O capítulo 3 traz conceitos importantes para a compreensão do funcionamento do modo verbal nas línguas, de acordo com a linguística funcionalista. O capítulo 4 mostra um experimento psicolinguístico aplicado em crianças (teste de reprodução elicitada) e as conclusões acerca da aquisição do modo subjuntivo no português brasileiro. O capítulo 5 é um capítulo de resenhas de trabalhos sociolinguísticos sobre a alternância entre modo subjuntivo e indicativo em orações subordinadas no português brasileiros e suas conclusões sobre o tema. O capítulo 6 explica o experimento I, centrado nos impactos da alternância do verbo principal e do modo verbal, mostra os resultados, possíveis falhas metodológicas e a discussão dos dados. O capítulo 7 explica o experimento II, centrado nos impactos da alternância do modo verbal e do aspecto, mostra os resultados, possíveis e a discussão dos dados. O capítulo 8 é a conclusão final da dissertação.

¹ Sentença experimental usada no Experimento 1

² A forma não-marcada é aquela mais frequente estatisticamente na língua e que, normalmente, carrega menos marcas gramaticais, por isso seus contextos de uso são ampliados. Já a forma marcada é a menos frequente, carregam mais traços gramaticais e seus contextos de uso são mais específicos. “as categorias estruturalmente mais marcada tendem também a ser a substancialmente mais marcadas.” (Cunha, Costa e Cezario, 2015, p.26)

Destaca-se novamente que a linguística funcionalista e os estudos sociolinguístico serviram para nortear a pesquisa e delimitar os objetos de análise dos experimentos. No entanto, os experimentos baseiam-se em métodos psicolinguísticos e centram-se no estudo do processamento de sentenças, como hipótese principal de que o processamento do modo indicativo é mais rápido e seu uso torna a sentença mais assertiva.

2. Linguística funcional

Até o século XIX, o que conhecemos hoje como linguística existia como uma subdisciplina que servia às análises literárias, à história, filosofia e filologia. Mas a partir desse período tudo começou a mudar. Inicialmente, houve o desenvolvimento da afasiologia com diferentes estudos de caso na medicina como os de Broca (1865) e de Wernicke (1875), que culminaram no que conhecemos hoje como Neurolinguística. Mas mais importante que isso foi o estabelecimento da Linguística como uma disciplina independente, através da linha estruturalista europeia e, em especial, com a publicação Póstuma do Curso de Linguística Geral, do suíço Ferdinand de Saussure (1916(2012)).

A partir desse marco, os linguistas começaram a se focar num estudo que considerava as capacidades mentais do falante de organizar a língua em sua mente, bem como na descrição da gramática de línguas antigas, colaborando nas comparações linguísticas entre as línguas indo-europeias, clássicas e modernas. Vale observar que, nos EUA, havia um movimento semelhante, tendo como motivação a descrição de línguas indígenas. Desse modo, enquanto o Estruturalismo Europeu tinha como dados textos clássicos que sobreviveram até a nossa época, sem registros de fala espontânea, o Estruturalismo Americano fazia o inverso, se focando no estudo e da fala dos falantes nativos de línguas, muitas vezes, ágrafas.

Com o surgimento da linguística moderna postulada a partir do *Curso de linguística Geral*, “três noções básicas passaram a caracterizar a evolução linguística no século XX: sistema, estrutura e função.” (Martelotta, Kennedy, 2015, p.11) Saussure postulou a oposição entre língua e fala (*langue* e *parole*), essa dicotomia serviu para o reconhecimento da Linguística como ciência, pois conseguiu definir língua de maneira a favorecer a sua sistematização. Dado que a língua, para Saussure, é um sistema fechado e homogêneo no qual os elementos são organizados de determinada maneira que lhe confere estrutura, ao

contrário da fala, que é da ordem do indivíduo e da heterogeneidade. A língua e a fala constituem a linguagem e esta *“implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma constituição atual e um produto do passado.”* (Saussure 2012, p.16). Portanto, os estudos linguísticos se dedicaram ao estudo da estrutura dos elementos internos à língua, vista como um sistema. No círculo linguístico de Praga, Saussure e outras influências os levaram a se dedicarem ao estudo da lógica interna do sistema da língua. Entretanto, faltava estudos relacionados às funções desempenhadas pelas estruturas linguísticas, Karl Bühler o primeiro a trabalhar as funções comunicativas das estruturas linguísticas em seus estudos (Martelotta, Kennedy, 2015), a partir dele, os teóricos de Praga passaram a usar a noção de função em dois sentidos:

- i. dependência de um elemento estrutural com elementos de outra ordem ou domínio.
- ii. a função comunicativa de um elemento estrutural.

A marcação morfológica de modo tem relação intra e extra linguística. À exemplo da primeira conceituação de função (i), existe a relação entre a carga semântica do verbo da oração principal e a escolha de determinada marcação morfológica (indicativo ou subjuntivo), ou seja, há dependência entre um elemento morfossintático com elemento semântico. À exemplo da segunda conceituação de função (ii), o modo subjuntivo pode ter a função comunicativa de expressar uma ordem de maneira mais “educada” do que o uso do modo imperativo (ii) (Gívón, 1979, Palmer, 2001). Com o desenvolvimento da linguística enquanto ciência, dois modelos teóricos de explicação de estrutura sintática e morfossintática destacam-se atualmente: o pólo formalista, cujo expoente é o gerativismo, e o pólo funcionalista, cujo expoente é o funcionalismo.

“O pólo funcionalista caracteriza-se por conceber a língua como um instrumento de comunicação que não pode ser analisado como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical.” (Martelotta, Kennedy, 2015, p. 14)

Como o foco do polo funcionalista é a situação comunicativa, ao surgirem novas situações, serão necessárias mudanças linguísticas para o sistema adequar-se a elas, logo,

pode-se aferir que para este modelo teórico a fala impõe mudanças sobre o sistema (Givón, 1979). Dentro desta vertente teórica, a língua está em constante transformação por causa das vicissitudes do discurso, logo há uma centralidade da situação comunicativa na mudança linguística (Cunha, 2013). Já para os formalistas, as mudanças linguísticas são lógicas e previstas pelo próprio sistema que está sempre em evolução, no sentido de tornar a estrutura mais enxuta (Martelotta, Kennedy, 2015).

Assim, a linguística funcionalista ou funcionalismo é uma corrente linguística que *“se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e dos diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas.”* (Cunha, 2013; p.157). Portanto, o contexto de uso motiva as diferentes estruturas sintáticas. Para o funcionalismo, é a universalidade dos usos a que a linguagem serve que explica a existência de universais linguísticos.

“A linguagem não constitui um conhecimento específico, como propõe os gerativistas, mas um conjunto complexo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas integradas ao resto da psicologia humana” (Cunha, 2013; p.158)

Diante dessa complexidade, o sistema se modifica por funções externas à língua *“a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico.”* (Martelotta, 2015; p.158)

O funcionalismo entende que existem motivações fonéticas, morfológicas e semânticas na relação significado-forma que podem se tornar inacessíveis após um longo período devido à mudança linguística, atributo da língua (*langue*) (Saussure, (1916, 2012)), promovida pelos discursos em circulação. Essas motivações são a correlação natural entre forma e função, por exemplo, o uso de dupla negação tem uma motivação semântica porque promove um fortalecimento da ideia de negar, desempenha com mais eficácia a sua função comunicativa. Desse modo, há alguns princípios que atuam sobre as escolhas linguísticas feitas em determinados contextos.

2.1. Da variação linguística para a mudança linguística

A gramática está em incessante evolução, portanto, *“a gramática está num contínuo fazer-se, o que nos permite falar de uma relativa instabilidade da estrutura linguística”* (Cunha, Costa e Cezario, 2015; p.42). Esta pode ser definida, dentro do funcionalismo, como

um conjunto de regularidades resultantes de pressões de uso. Isto posto, o discurso pode ser compreendido como um conjunto de estratégias criativas para organizar funcionalmente a fala em razão de um interlocutor, em uma dada situação comunicativa. Uma mudança linguística é possível quando uma forma do discurso se torna previsível e estável. Da mesma forma um elemento pode voltar a ser imprevisível na gramática e retornar ao discurso.

São dois processos opostos que sempre estão co-ocorrendo dentro do sistema linguístico, no sentido Saussuriano do termo. Quando uma estabilização gramatical se esvazia semanticamente, ela deixa de obedecer às regras de seleção e retorna ao discurso. Givón (1979) defende o caráter cíclico da trajetória linguística. Esses processos de mudança são possíveis pois (i) a língua apresenta mais de uma forma para desempenhar uma mesma função e (ii) pela polissemia, quando formas de mesma etimologia, desempenham funções diferentes. Um exemplo é o uso ampliado do verbo ‘ir’ para desempenhar novas funções. Por exemplo:

1.5. Eu vou ir ao cinema no final de semana.

Essa frase certamente seria condenada por gramáticos por se tratar de uma “redundância”, no entanto, o verbo “vou” está esvaziado semanticamente, uma vez que ele passou por um processo de gramaticalização, nesse contexto ele está apenas marcando a futuridade da ação “ir ao cinema”, logo, não existe repetição “desnecessária” de ideias.

Em suma, é o uso da língua em situações comunicativas que motiva as transformações linguísticas e essas ocorrem de forma cíclica, portanto, *“os fatores linguísticos que produziram mudanças na fala humana cinco ou dez mil anos atrás não podem ter sido essencialmente diferentes daqueles que estão operando e transformando as línguas vivas”* (Givón, 1979; p.64) Uma das nossas questões é justamente saber se a estrutura de marcação morfológica de modo indicativo está ampliando seus contextos de uso, sua função comunicativa, e se esvaziando semanticamente.

Existe uma tensão entre gerativismo e o funcionalismo em relação à natureza da linguagem, mencionada na seção anterior, aquele alega a existência de um sistema específico de linguagem centralizado na sintaxe, esse defende um sistema complexo e integrado. Em relação à mudança linguística, o gerativismo mostra-as como decorrentes do próprio sistema e o funcionalismo como decorrentes de pressões ao sistema linguístico exercidas pelas situações comunicativas. Em vista disto, a maioria dos experimentos psicolinguísticos

centram-se na teoria gerativa pois, em seu cerne, não leva em conta as situações comunicativas e as metodologias em psicolinguística conseguem testar as hipóteses de maneira mais pormenorizada do que um simples teste de plausibilidade³. Entretanto, o funcionalismo, principalmente, em relação aos estudos dos sentidos subjacentes à forma, pode ampliar o escopo dos estudos psicolinguísticos bem como sofisticar suas metodologias.

2.2. O funcionalismo de Talmy Givón

O funcionalismo de Talmy Givón tem centralidade na fundamentação teórica desse trabalho por sua relevância na Linguística Funcionalista. A partir da década de 60, com a expansão do gerativismo, a sintaxe ganhou uma centralidade nos estudos linguísticos. Entretanto, desde o princípio, essa sempre foi uma área em grande debate. Givón, um crítico ao gerativismo, destaca, principalmente, a questão da pouca influência do indivíduo sobre o sistema e a falta de integração entre sintaxe e semântica. Talmy Givón teve uma formação gerativista e, a partir de críticas muito contundentes, postulou uma nova teoria gramatical e tornou-se um grande expoente do funcionalismo. A obra “*On understanding grammar*” de Talmy Givón (1979) é basilar para esta teoria pois explica cada ponto oposto ao gerativismo e argumenta em favor ao modelo teórico funcionalista.

Givón (1979) defende uma linguística validada através da prática a partir da interação entre dados, modelos formais e explicação como cerne do que emerge como teoria. A principal crítica ao formalismo é limitação a priori de dados e parâmetros os quais somente explicam a própria teoria e não o sistema linguístico em si. A conclusão ocorre a partir de Chomsky (1964) que deixa ambíguo se a adequação explanatória é propriedade da gramática ou da teoria, segundo Givón (1979).

“Na medida em que uma teoria linguística não faz referência aos parâmetros explanatórios naturais da linguagem, ela permanece, necessariamente, em um nível mais alto de formalismo. Explicações que emanam de tal “teoria” permanecem, necessariamente, internas ao formalismo e então não são, em princípio, absolutamente explicações, mas tautologias. Nas palavras de I.I. Rabi, nenhuma explicação é possível

³ O teste de plausibilidade baseia-se na aceitabilidade de frases por julgamento de falantes, dessa maneira, algumas sentenças são mais aceitas do que outras e há ainda as que são agramaticais. O teste pode ser utilizado para se entender certas construções (morfemas, palavras e frases) que são representadas e o quão presentes elas estão na gramática de um ou mais indivíduos.

sem referência a “alguma outra coisa” (i.e., “algo fora do sistema”, a “algo mais profundo” (Givón, 2013 (1979); pg.22)

Givón (1979) elenca oito eixos, a maioria desconsiderada ou marginalizada no gerativismo, que devem ser considerados para uma análise da língua:

1. Conteúdo proposicional, a estrutura transmite conteúdo e, portanto, não é autônoma. (i.e. a marcação de modalidade e modo nas línguas transmitem conteúdos).
2. Pragmática discursiva, como a linguagem é moldada para realizar a comunicação e não o contrário.
3. O processador ou as questões biológicas influenciam a modelagem da língua.
4. A estrutura cognitiva relacionada à língua.
5. Visão de mundo, relacionada às experiências individuais dos falantes.
6. Desenvolvimento ontogenético, é um processo de desenvolvimento que pode influenciar processos evolutivos, o modo como a linguagem é desenvolvida.⁴
7. Mudança diacrônica, ao longo de um período.
8. Evolução filogenética, a evolução da espécie através do desenvolvimento ontogenético.

Esse último eixo é uma crítica mais explícita ao Chomsky (1968) que nega a relevância da evolução para o nosso conhecimento linguístico⁵. De acordo com Givón (1979), as crianças adquirem um sistema comunicativo de um tipo mais rudimentar e somente mais tarde ele é transformado em sintaxe, através do uso no ato comunicativo. Desse modo, a gramática givoniana nega a noção de estrutura principal e periférica, cara ao gerativismo. Givón (1979) afirma que o gerativismo trivializou a questão da variação linguística como questão de desempenho o que acarretou a exclusão de estudos sobre as implicações da variação linguística sobre a alteração social.

Segundo Givón (1979), não é possível afirmar categoricamente que as construções declarativas e as formas não-marcadas são mais fáceis de serem adquiridas por conta da sua estrutura pois pode ser por conta de sua função comunicativa, por exemplo, a função

⁴ O gerativismo desenvolve uma teoria da aquisição da linguagem que postula a sua relativa independência de fatores sociais para a sua progressão. Entretanto, Givón hipotetiza que a evolução da gramática certamente envolveu uma interação complexa entre fatores sócio-culturais, comunicativos e neurológicos.

⁵ Atualmente há pesquisas de Chomsky que consideram a evolução filogenética. Mas ainda não é uma questão central para o gerativismo.

comunicativa de mentir. Desse modo, o modo subjuntivo por exemplo, pode ser mais complexo de ser adquirido não por sua estrutura e sim pela complexidade da sua função comunicativa.

Em vista disso, Givón (1979) propõe uma sintaxe discursiva onde a variação acontece devido a novas necessidades pragmáticas que motivam a gramaticalização de um elemento ou a sua lexicalização. A título de exemplo, a marcação de modalidade não é exclusiva da marcação morfológica de modo, dessa forma, há línguas que não apresentam essa morfologia e utilizam-se mais de elementos lexicais para marcar modalidade, conceito explicado nos próximos capítulos. “*A estrutura sintática se desgasta com o tempo, via processos de morfologização e lexicalização...e os princípios que motivam a erosão da sintaxe, não necessariamente são iguais àqueles que motivam o seu surgimento.*” (Givón, 1979, pg.300) Portanto, a relação discurso-sintaxe está sempre presente na língua e os processos de gramaticalização ou de erosão de estruturas linguísticas estão sempre ocorrendo de forma cíclica e os processos diacrônicos devem ser analisados na gênese do discurso.

3. A noção de modalidade e de modo

A noção de modalidade é bastante difundida na linguística, tanto na gramática gerativa, quanto nos estudos funcionalistas, assim como na tradição lógica, o que veremos posteriormente. Numa tentativa de definir modalidade para a linguística, Lyons (1977) trabalha esse conceito em oposição ao de proposição. Assim, modalidade se referiria a todos os elementos não-proposicionais de uma sentença, ou seja, que não sejam referenciais⁶, todos aqueles que, de alguma maneira, expressem uma crença ou intenção do falante. Isso inclui muitos aspectos gramaticais como interrogação, negação, tempo, modo e aspecto. A noção de modalidade inclui a noção de subjetividade na língua, como proposto por (Benveniste, 1989), trazendo para o sistema linguístico o que era relegado à fala. No limite, Palmer (1986) argumenta que toda proposição também tem modalidade, pois depende de uma avaliação de verdade ou falsidade por parte do ouvinte. Kratzer (1981, 1991) sintetiza

⁶ Existe uma discussão nos estudos semânticos que iniciou-se com Frege, um filósofo da linguagem do século IX, que defende a existência de sentenças com sentido, porém sem referência e sentenças com mais sentido do que referência, usa como exemplo as expressões “estrela da manhã” e “estrela da tarde”, são duas frases, com dois sentidos e uma mesma referência, o planeta Vênus. Por isso, Frege (1978) afirma “*entender-se um sentido, nunca assegura a sua referência*” (Frege, 1978, p. 63), isso torna-se um problema para um estudo lógico, buscando a verdade ou a falsidade da sentença. Diante desse impasse filosófico, há os estudos semânticos que levam em conta a referência e outros que dispensam totalmente esse conceito, assim os estudos dividem-se entre discursivos, argumentativos, experimentais e formais. Para conhecer as diversas áreas de estudo da semântica leia: Ferrarezi Jr. e Basso, 2013 (Semântica, Semânticas: uma introdução).

essas noções afirmando que a modalidade é uma categoria linguística, ou seja, incluída na língua, que tem a ver com a expressão de necessidades e possibilidades.

“Modality in language is, then, concerned with subjective characteristics of an utterance, and it could even be further argued that subjectivity is an essential criterion for modality. Modality could, that is to say, be defined as the grammaticalization of speakers’ (subjective) attitudes and opinions” (PALMER, 1986, p.17)

A relação entre modalidade e subjetividade pode ser ambígua, uma vez que uma mesma estrutura sintática com um elemento modal pode ser interpretada de maneira mais subjetiva ou objetiva, como no seguinte exemplo da frase com o verbo modal “must” do inglês:

1.6 ‘You must leave at once’ (PALMER, 1986, p.17)

A frase em (1.6.) pode indicar tanto uma insistência (subjetiva) do falante quanto uma necessidade geral (objetiva) de saída. Apesar desses casos de ambiguidade, qualquer língua apresenta sistemas de modalidade e esses estão sujeitos à interpretação, à variação linguística e, conseqüentemente, à mudança linguística. Segundo Palmer (2001), todas as línguas possuem sistemas sintáticos que permitem ao falante expressar suas atitudes e crenças acerca de um evento. Dentre esses sistemas sintáticos, está o modo verbal, que é uma marcação morfológica de modalidade e seu uso varia de língua para língua. É importante frisar que toda língua possui um sistema de modalidade, mas nem todas apresentam a marcação morfológica de subjuntivo.

“A inexistência de subjuntivo (melhor dizendo: de uma morfologia própria para os verbos de sentenças subordinadas a uma principal que expressa dúvida, desejo, concessão etc.) em tantas línguas do mundo deixa claro que a morfologia do subjuntivo é, por assim dizer, um “luxo”. E, como quase sempre ocorre, o que é de luxo também é supérfluo, vale dizer, excessivo, desnecessário. E é exatamente sobre o supérfluo ou dispensável que age a economia linguística (ou melhor, que agem os falantes, sempre avarentos no desperdício de suas potencialidades cognitivas, como a memória).” (BAGNO, 2012, p. 563, grifos do autor)

A principal hipótese da Bagno para a alternância da marcação morfológica entre modo indicativo e subjuntivo no português brasileiro é a da economia linguística, uma vez que a modalidade subjuntiva já é expressa pelo verbo principal ou por outros aspectos linguísticos⁷. Entretanto, é importante investigar se essa alternância pode ser considerada uma variação linguística ou se é motivada por questões pragmáticas. (OLIVEIRA, 2007; VIEIRA, 2007)

Existem três parâmetros usados para a distinção de modo entre as línguas. “(i) opinião ou julgamento de um falante sobre a realidade de um evento, (ii) tipo de evidência que está disponível para o orador para este julgamento, e (iii) tipo de necessidade que requer que o falante (ou outra pessoa) se envolva em um evento (ou para realizar uma ação)” (Bhat, 1999, p.63).

Os dois primeiros estabelecem o modo epistêmico que é baseado no conhecimento e o último estabelece o modo deôntico, baseado na ação. A evidencialidade de uma declaração pode ser marcada por sufixos, no caso do português brasileiro em que há a distinção entre indicativo, subjuntivo e imperativo, esses são considerados sub-modos dos modos deôntico e epistêmico que estão inseridos em asserções reais e irrealis (conceitos trabalhados na seção subsequente). Uma língua pode ter um sistema que evidencia mais o julgamento, como é o caso do Inglês, ou a evidencialidade⁸, como é o caso de línguas de modo gramaticalizado, como o espanhol e o português. Todos os conceitos relacionados ao modo verbal, serão melhor definidos nas seções subsequentes.

3.1. Asserções Realis e Irrealis

Dentro das discussões acerca da modalidade, alguns conceitos começam a surgir para correlacionar os conceitos de evidencialidade e julgamento. Uma primeira relação foi dicotomia introduzida por Lyons (1977) que é a noção de factualidade em oposição à não-factualidade, a primeira refere-se à asserções cuja a realização pode ser aferida, ou seja, o falante possui evidências para poder julgar como factuais; a segunda refere-se às asserções cuja a realização não foi checada pelo falante por não possuir evidências suficientes e por isso as julga como não-factuais . Os exemplos de não-factualidade usados pelo autor são:

⁷ À exemplo dos advérbios de dúvida (talvez, porventura, possivelmente, provavelmente).

⁸ Pela gramática tradicional, a marcação morfológica de indicativo em sentenças nas quais se tem evidências para prová-las como verdadeiras, já a marcação morfológica de subjuntivo é usada quando não há evidências para provar que as sentenças são verdadeiras. Portanto, o cerne de seus usos é a evidencialidade da sentença.

- 1.7. He **may** have gone to Paris.
- 1.8. **Perhaps** he went to Paris.
- 1.9. It is **possible** that he went to Paris.

Lyons (1977) nota que as sentenças podem ser discutidas em relação à modalidade e cada uma contém um verbo modal, um advérbio modal e um adjetivo modal, respectivamente. E são não factuais pois o falante não se compromete totalmente com a verdade de suas afirmações. O mesmo ocorre com o uso do modo subjuntivo no espanhol, segundo Lavandera (1985, p.211), o subjuntivo “do not refer to states or events whose occurrence is questionable, or just feared, wishes, doubted, etc., but to “states of affairs” whose occurrence could easily be denied or affirmed, but is instead left unasserted”. Por este trecho, percebe-se que o uso do modo subjuntivo é visto como uma escolha do falante de deixar o fato expresso pela sentença como não aferido/chechado.

Ao contrário do aspecto e do tempo, a modalidade não tem a ver diretamente com uma característica do evento, mas com o status da proposição. Palmer (1986) assumiu a nomenclatura, factual e não-factual. Entretanto, na segunda edição de seu livro “Mood and Modality, em 2001, assume o uso de realis e irrealis e, também, admite que essas asserções estão em relação uma a outra, porém não-dicotômica, mas em um continuum. Desse modo, Palmer (2001) afirma que o uso dos termos realis e irrealis “têm a vantagem de que eles são obviamente técnicos, de modo que seu uso possa evitar quaisquer conotações possíveis dos termos mais familiares” (Palmer, 2001, p.17)

Portanto, a asserção realis depende mais de uma percepção externa, da evidencialidade do evento, enquanto a asserção irrealis está mais relacionada ao julgamento do falante⁹. No entanto, não estão em posições opostas, então, há uma gradação. Além disso, como já afirmado anteriormente, envolve uma escolha do falante em deixar a frase como aferida ou não. Diante dessas questões, Givón (1994) propõe uma nova organização do sistema de modalidade, em oposição ao modelo lógico, que leva em consideração a transação comunicativa entre falante e ouvinte:

⁹ “O realis retrata situações como atualizadas, como ocorrido ou de fato ocorrendo, cognoscível através da percepção direta. O irrealis retrata situações como puramente dentro do reino do pensamento, conhecível apenas através da imaginação” Mithun (1999, p. 173)

Epistemic modalities:

logical tradition	communicative equivalent
a. necessary truth	presupposition
b. factual truth	realis assertion
c. possible truth	irrealis assertion
d. non-truth	neg-assertion

(Givón, 1994, p.268)

“a. Presupposition:

The proposition is assumed to be true, either by definition, by prior agreement, by generic culturally-shared convention, by being obvious to all present at the speech situation, or by having been uttered by the speaker and left unchallenged by the hearer.

b. Realis assertion:

The proposition is strongly asserted to be true; but challenge from the hearer is deemed appropriate, although the speaker has evidence or other grounds to defend their strong belief.

c. Irrealis assertion:

The proposition is weakly asserted as either possible, likely or uncertain (epistemic sub-modes), or necessary, desired or undesired (valuative-deontic sub-modes). But the speaker is not ready to back up the assertion with evidence or other strong grounds; and challenge from the hearer is readily entertained, expected, or even solicited.” (Givón, 1994, p.268)

Portanto, asserção realis exprime uma proposição declarada enfaticamente como verdade, já na asserção irrealis a proposição não é declarada fortemente como verdade porque, segundo Palmer (2001), o falante não possui evidências para isso. A partir dessa nova configuração, é possível pensar em quais modalidades estão envolvidas em cada asserção, nesse trabalho veremos mais especificamente a asserção irrealis e sua relação com o uso da marcação morfológica do modo subjuntivo no português brasileiro. Em suma, as noções de evidencialidade e julgamento não são puramente aferições lógicas de determinada proposição, que podem ser conferidas na realidade, uma vez que há subjetividade na língua

e o falante pode escolher determinadas formas a depender de suas necessidades comunicativas e de sua realidade subjetiva.

3.2. Modalidades essenciais: deôntica e epistêmica

Segundo Givón (1994), a modalidade sinaliza a atitude do falante em relação à proposição. Essa atitude pode ser entendida como um julgamento o qual se divide em dois tipos principais: “(i) *atitudes epistêmicas: verdade, opinião, probabilidade, certeza, evidência* (ii) *atitudes deônticas conveniência, preferência, intenção, habilidade, obrigação, manipulação*” (Givón, 1994, p. 266). A primeira refere-se à crença/probabilidade e pertence à esfera mental, já a última à manipulação, portanto, está mais relacionado à pragmática. A modalidade epistêmica está relacionada ao conhecimento, crença, ou seja, “*mais opinião do que fato*” (Lyons, 1977, p.681). Já a modalidade deôntica está relacionada à necessidade ou possibilidade de atos performados por agentes moralmente responsáveis, por exemplo, “Silêncio!” - dito pela professora. Segundo Palmer (2001), elementos que expressam modalidade poderão ser lidos como epistêmicos ou deônticos em uma mesma sentença a depender do contexto de uso. Exemplos:

2.0. He **may** come tomorrow. (Talvez ele venha/ Ele é permitido)

2.1. The book **should** be on the shelf. (Ele provavelmente está/ É o lugar próprio para ele)

2.2. He **must** be in his Office. (Ele certamente está/ Ele é obrigado a estar)

Apesar de contextos ambíguos, há algumas restrições ao uso de algumas formas modais. O verbo modal “*must*” na negativa tem uma leitura deôntica, para leitura epistêmica, deve-se usar o modal “*can 't*”. No português brasileiro, o verbo modal “dever” também pode expressar ambas as modalidades, i.e. 2.3.

2.3. Ele deve vir a minha festa de aniversário. (Talvez ele venha a minha festa / Ela é permitido/ convidado)

Segundo Narrog (2012), a formulação de hipótese mais nova sobre os verbos modais é que eles tendem a mudar de deôntico (mais voltado para o uso; i.e. ordem e negação) para epistêmico (representação de estados mentais; i.e. intenção e desejo). Os estudos baseados

na história do inglês mostram que os verbos modais shall/should aparentemente tiveram significados deônticos antes de adquirirem os sentidos epistêmicos; a mesma evolução ocorreu com o verbo dever no português brasileiro. A evolução dos verbos modais é em direção ao aumento da subjetividade na língua (Givón, 1994; Palmer, 2001) As atitudes epistêmica e deôntica seriam modalidades prototípicas que se desenvolvem e vão tornando o sistema linguístico mais complexo.

Pelos conceitos, vê-se que as asserções reais e irrealis, de modo e modalidade não apresentam fronteiras rígidas e se configuram num continuum (PIMPÃO, 2015). Dentro da noção de modalidade, o uso do subjuntivo, de acordo com Givón (1994) é propiciado em asserções irrealis, nas quais há contextos de fraca manipulação (atitude deôntica) ou contextos de baixa certeza (atitude epistêmica), como no esquema abaixo:

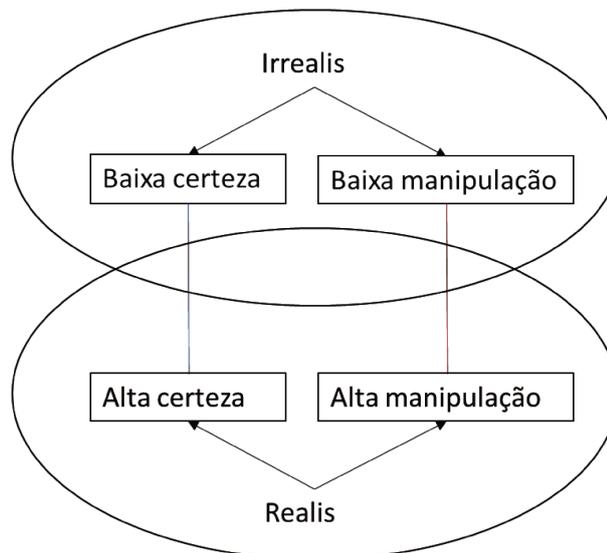


Figura 1: Modelo de escala de usos da morfologia de subjuntivo, proposto por mim.

Pelo esquema, percebe-se que os contextos de uso da marcação morfológica de modo subjuntivo também estão em uma gradação de manipulação (atitude deôntica) e de certeza (atitude epistêmica)¹⁰, além disso, há uma área de intersecção entre as asserções reais e irrealis onde, segundo Givón (1994), é possível ocorrer ambas as formas morfológicas, tanto a marcação morfológica de subjuntivo, quanto a de indicativo. No entanto, o uso do subjuntivo passa a ser necessário em determinado ponto em cada uma dessas escalas, porém,

¹⁰ O trabalho focará no uso da marcação morfológica de modo subjuntivo em contextos de atitude epistêmica, interessa-nos saber em que região dessa gradação o uso da morfologia de modo subjuntivo passa a se alternar com o uso da morfologia de modo indicativo, tornando a frase mais realis. Dessa maneira a investigação é em relação à influência da carga semântica do verbo principal para a interpretação da asserção da frase no experimento 1 e a influência do aspecto habitual para a interpretação da asserção da frase no experimento 2 .

é perceptível que há variação entre os contextos de uso obrigatório do modo subjuntivo nas línguas modais, ou seja, há variação no ponto dessas escalas de manipulação e certeza em que o uso do subjuntivo passa a ser obrigatório numa língua para não tornar a sentença agramatical (Palmer, 1986; Palmer, 2001)

3.3 O modo subjuntivo como parte integrante da asserção Irrealis

Como visto anteriormente, segundo Givón (1994), o uso do subjuntivo é favorecido em duas sub-divisões de irrealis:

- a. deôntica: fraca manipulação
- b. epistêmica: baixa certeza

Givón (1994) afirma que essa bi-condição prevê que é mais provável que ocorra o subjuntivo gramaticalizado nesses dois focos. No entanto, não se pode afirmar o oposto, ou seja, que toda língua que apresenta essas duas sub-dimensões possui subjuntivo gramaticalizado. Portanto, a relação entre irrealis e subjuntivo é de inclusão na qual o subjuntivo é uma sub-parte de irrealis.

“A grammaticalized subjunctive appears most commonly in two verbal complement types — of manipulation verbs and of perception-cognition-utterance verbs. The verbs in the two groups can be rank-ordered along a continuum scale of two iconically-matched parallel dimensions — the semantic dimension of event integration and the syntactic dimension of clause integration.”
(GIVÓN, 1994, p.125)

Como já visto, as noções de deôntico e epistêmico podem ser colocadas em um continuum de contextos em que o uso do modo subjuntivo é favorecido nos seguintes contextos:

Deôntico
a) Fraca intenção de manipulação (dizer, perguntar, sugerir)
b) Preferência (querer, desejar, preferir, esperar)
c) Ânseio epistêmico (recear, temer, ter medo)
d) Baixa certeza (duvidar, supeitar, achar)
Epistêmico

Figura 2: tabela da escala das noções de deôntico e epistêmico, baseada em Givón (1994)

Além dos verbos utilizados nas orações principais, alguns advérbios podem criar um escopo irrealis, dentre eles, alguns epistêmicos são: talvez, provavelmente, supostamente; alguns deônticos são: preferencialmente, idealmente, esperançosamente. Givón (1994), ao propor que o modo subjuntivo faz parte das asserções irrealis, acaba enfraquecendo certas hipóteses de que a variação entre modo indicativo e subjuntivo seria maior em casos onde a asserção irrealis já está marcada pela semântica do verbo principal ou pelo advérbio usado, como propõe diversos autores, dentre eles, Bagno. Na verdade, Pimpão (2012) mostra justamente que a variação se mostra presente em contextos onde as asserções realis e irrealis se sobrepõem, como veremos posteriormente.

Dentro desses dois contextos, Givón (1994) aponta para uma direcionalidade da mudança linguística, uma tendência de que verbos auxiliares surjam com noções deônticas, mais contextualizadas e pragmáticas, e evoluam para interpretações epistêmicas, mais subjetivas, por exemplo, o verbo auxiliar ‘go’ do inglês:

- a. Verbo de movimento:** She is going to Chicago
- b. Sentido de finalidade:** She is going (there) to buy a house
- c. Verbo auxiliar de futuro:** She is going to leave him (Givón, 1994, p. 275)

O verbo “ir” no português brasileiro passou por processo de ampliação de uso semelhante ao do verbo “go” em inglês, na mesma direção. Portanto, o desenvolvimento diacrônico no geral é unidirecional, do modo deôntico para epistêmico, com exceção em contextos de fraca manipulação. A explicação para essa direcionalidade é de que o sub-modo deôntico envolve um senso inerente de futuridade que, por sua vez, envolve a incerteza epistêmica (GIVÓN, 1994).

“If irrealis indeed has a semantic common denominator — epistemic uncertainty — then the widespread sharing of grammatical marking between the two sub-modes of irrealis (cf. Palmer 1979, 1986; Coates 1983; Traugott 1989) becomes non-accidental. Rather, it is one more type of evidence supporting such a common denominator. This is so because the sharing of overt marking — in modality verbs, grammaticalized modals and grammaticalized subjunctives — may be viewed as the consequence of a predictable, uni-directional, semantic bleaching obtaining during grammaticalization.” (Givón, 1994, p.277)

Para definir a obrigatoriedade da marcação morfológica do subjuntivo nas línguas de morfologia de modo, Givón (1994, p. 281-3) afirma que no modo deôntico existe um ponto crucial na escala de manipulação, representada ao final da seção anterior, em que não é permitido apenas o uso do infinitivo e torna-se obrigatório o uso da marcação do modo subjuntivo. Segundo o autor, ocorre em contextos com verbos de fraca manipulação e baixa certeza como nos exemplos 1.1 e 1.2 trazidos do espanhol por Palmer (2001):

- 2.5. Le-dijeron que les seguiera. (3ª pessoa + presente + subjuntivo)
- 2.6.* Le dijeron seguir-les. (verbo no infinitivo)
- 2.7. Le pedieron que les seguiera. (3ª pessoa + passado + subjuntivo)
- 2.8. * Le pedieran seguir-les. (verbo no infinitivo)

O ponto crucial de obrigatoriedade do subjuntivo no português brasileiro é claramente diferente do espanhol, pois as frases agramaticais do espanhol são gramaticais em português, como nos exemplos:

- 2.9. Eles disseram a ele para os seguir / Eles disseram a ele para seguir eles.
- 3.0. Eles pediram a ele para os seguir / Eles pediram a ele para seguir eles.

Givón (1994) defende uma escala de distribuição do modo subjuntivo, dentro da asserção irrealis, em dois lócus principais, um de fraca manipulação (deôntico) e outra de baixa certeza (epistêmico). Por isso, há algumas línguas que possuem uma única marcação morfológica para ambos os contextos, é o caso do português brasileiro e do espanhol e,

existem algumas línguas que possuem duas formas morfológicas, uma para os contextos mais deônticos e outra para os mais epistêmicos.

Uma outra questão é que “...os verbos com marcação subjuntiva são mais finitos que infinitivos, mas menos que os indicativos, o que permite uma faixa mais ampla de distribuição de aspecto e tempo.”¹¹ (Givón, 1994, p.288). Então, uma outra questão a ser levantada é se a marcação de aspecto pontual tornaria a frase mais finita, com maior marcação temporal, o que corroboraria para o uso do indicativo, hipótese melhor desenvolvida na próxima seção.

A morfologia de modo subjuntivo, enquanto parte da asserção irrealis, é usado em alguns pontos do continuum sendo permitido o uso de indicativo para indicar que o falante acredita mais naquela afirmação, ou seja, para indicar maior assertividade (Givón, 1994; Palmer, 2001). Por essa lógica, quanto mais certeza, maior o uso do indicativo. No entanto, segundo Givón (1994) e Palmer (2001), na escala epistêmica de certeza, em asserções irrealis, há uma forte associação com a projeção de futuro:

“But suppose irrealis and what it modality are, as I have suggested all along, a complex, multi-dimensional semantic-pragmatic domain. On the epistemic side, it involves the scalar dimension of certainty. On the deontic side, it involves the equally scalar dimensions of preference (or aversion), power, obligation, need, intent or ability. As noted above, there is a strong association between the epistemic and valuative sub-modes of irrealis, both of which are typically future-projecting. This association is not absolute, however. Valuative attitudes of happiness or regret may also be directed toward the present and past — i.e. toward realized states or events.” Givón, 1994, p.306)

Enfim, Givón (1994) defende que a asserção irrealis é domínio semântico-pragmático complexo e multidimensional. Desse modo, a morfologia de subjuntivo pode ser usada para que o enunciador soe mais educado em uma situação manipulativa, como para expressar estados mentais do enunciador ou ainda a sua falta de assertividade sobre um evento. No lado epistêmico, envolve a noção de assertividade, colocada pelo autor como escala de

¹¹ O sentido de finitude ou infinitude verbal nesse trecho é o mesmo de forma marcada e não- marcada; assim a morfologia de modo subjuntivo é mais marcada que a forma nominal infinitiva e que a morfologia de modo indicativo, logo, seu contexto semântico de uso é mais restrito e mais relacionado a tempos verbais específicos.

certeza, ainda afirma que tanto o lado epistêmico quanto o deontico envolve uma noção de projeção futura, o que será mais explorado na próxima seção.

3.3. O uso variável do modo subjuntivo e sua distribuição em um novo continuum

Retomando os conceitos de asserções reais ou irrealis, Pimpão (2012) atenta para o fato de que as modalidades deonticas e epistêmica emergem da interação e não se referem a eventos reais ou irrealis ou a valores de verdade, na perspectiva funcionalista, “*os eventos são constitutivos do ‘mundo discursivo’, construído na interação entre os interlocutores*” (Pimpão, 2012, p.54). Portanto, dentro dessa perspectiva, a asserção irrealis refere-se a uma proposição fracamente asserida como verdadeira diante do conjunto de crenças assumido pelos interlocutores. A autora atenta para o fato de que essa asserção também pode ser pensada em um continuum.

Pimpão (2012), a exemplo de Reis (2010) apud Pimpão (2012) que propõe um continuum da modalidade realis, cria um continuum de modalidade irrealis, no qual prevê um desvio para cima em que o sub-modo deontico tem projeção espraçada e para baixo no qual o epistêmico tem projeção espraçada. Essa proposição quebra com a proposição de Givón que afirma que a modalidade irrealis envolve uma noção de projeção futura, tanto no sub-modo deontico, quanto no epistêmico. Desse modo, a proposta da autora é de que teriam 3 contextos irrealis com a projeção futura em comum e outros 4 que se dividem entre deonticos e epistêmicos com projeção espraçada.

Quadro 1: Modelos de asserções irrealis, de Pimpão (2012, p. 59)

irrealis 1 - situação centrada no desejo ou preferência de um indivíduo que tem menor probabilidade de acontecer. (epistêmico)

“[...] e a minha mãe diz: “Não, tu não vais andar mais de novo” (de mobilete), eu saio não. A hora que eu quiser [a]- [o]- a hora que eu fui botar [a <ens->]- a bunda em cima [da <bici->]- da mobilete eu QUERO QUE um carro PASSE por cima de mim. (FLP 13MJP)”

irrealis 2 - situação também projetada para o futuro, porém, com certo grau de manipulação. (deontico- fraca manipulação)

(25) [...] apresso-me a PEDIR-vos QUE no proximo numero d'O Ideal PUBLIQUEIS a corrigenda que ora vos remetto. (FLP jornal O

Ideal de 11/11/1906)

irrealis 3 - maior probabilidade, mas sem manipulação (epistêmico)

(26) Ou TALVEZ FAZ um caldo de peixe. (FLP 10MJP)

irrealis-realis 1- modalidade deôntica de manipulação acerca de uma situação que se repete e é atemporal (instruções em geral)

Deixava pronto o café, eu fazia um café, nem sei se você conhece, é um café que ele é batido [na]- [na]-na batedeira, então ele fica espumoso, fica uma espuma. [É]- é um Nescafé batido com açúcar e um pouquinho de água, então deixa bater na batedeira ATÉ QUE ele FICA uma espuma. Ele fica assim um chantilly, sabe? (LGS 21FBC, L1011)

irrealis-realis 2 - modalidade epistêmica de probabilidade/crença com relação a uma situação espreada que contempla passado, presente e futuro.

(28) Mas... tenham paciencia, eu não estou de acordo e nem penso por essa forma; TALVEZ que eu ESTEJA errado, porem entendo que os velhos sempre foram e devem ser respeitados. (LGS jornal O Imparcial de 11/07/1903).

Em frases com o verbo principal “acreditar” até os gramáticos tradicionais admitem variação entre as morfologias modo indicativo e subjuntivo, então o uso de adjuntos adverbiais que expressem um aspecto habitual reforçam a situação como espreada e não projeção futura, o que ampliaria a possibilidade de variação (Pimpão, 2012). Seguindo a lógica de Pimpão de que quanto mais à direita do continuum, maior a probabilidade de variação. O uso do aspecto habitual faz com que a interpretação saia de *irrealis-realis 2* para *realis*-pressuposição 2.

Quadro 2: Modelos de Asserções Realis, de Pimpão (2012, p. 60)

***realis*-pressuposição 1- modalidade deôntica de avaliação.**

[Como pessoa, eu acho assim,] pra mim crescer como pessoa, sabe? A dificuldade sempre me [~~per-~~]- porque tem pessoas, eu acho assim [que]- que é muito difícil a pessoa QUE CONSEGUE, sabe? (LGS 02FAP, L677)”

***realis*-pressuposição 2- situação atemporal ou habitual (já existiu, provavelmente continuará existindo)**

Então eu vejo uma função muito sobre, uma nobreza incrível. EMBORA o povo infelizmente não TEM esse discernimento. (FLP 38MBU)

A partir dessa nova divisão, Pimpão (2012) reforça a relação com uma projeção futura e um maior uso do subjuntivo, uma vez que nas projeções espraiadas é onde ocorre uma maior variação entre o subjuntivo e o indicativo. Givón (1994) também tenta correlacionar tempo e aspectos e suas perspectivas asserções (*pressuposição*, *realis* ou *irrealis*), marca o futuro como *irrealis*, e o habitual como podendo ser *realis* ou *irrealis*. A justificativa para a opacidade do aspecto habitual é que as sentenças de aspecto habitual, marcam, pragmaticamente, uma asserção *realis* por ser fortemente aferida. No entanto, semanticamente, uma asserção marcada habitual não se refere a nenhum evento específico que ocorreu em qualquer momento específico, o que a relaciona ao *irrealis*. Por isso, segundo o autor, o aspecto habitual em algumas línguas é *realis* e em outras *irrealis*. Em casos de elementos mistos, como o aspecto habitual, é comum que em algumas línguas se agrupe pelas estruturas semânticas, e em outras, pela estrutura pragmática. Segundo Pimpão (2012), no português brasileiro, a projeção espraiada, favorece o uso da morfologia de indicativo, nessa projeção, pode ser incluído o aspecto habitual, conceito desenvolvido na próxima seção.

3.4. As categorias TAM (Tempo, Modo e Aspecto)

O tempo linguístico (*tense*) *tense* é a realização linguística gramaticalizada da localização no tempo (*time*). Todas as línguas parecem ter alguma maneira de localizar situações no tempo, diferindo entre si em dois aspectos: (i) no grau de precisão dessa localização e (ii) no peso relativo atribuído ao léxico e à gramática nessa localização (Comrie, 1985; Dahl, 1985). *Tense* é uma categoria dêitica, ou seja, estabelece relações de entidades a um ponto de referência, o centro dêítico mais comum, e também referência nesse trabalho, é o momento da fala que dá origem aos tempos absolutos (presente, passado e futuro simples). Os tempos verbais se combinam com os modos verbais, esse estudo foca em duas combinações: presente do indicativo (i) e presente do subjuntivo (ii):

- i. Ela acredita que eu **torço** para a equipe de vôlei do clube.

ii. Ela acredita que eu **torça** para a equipe de vôlei do clube.¹²

Corrêa (2005, p.77) afirma que “o tempo presente pode ser visto teoricamente como um ponto sem duração- limite entre passado e o futuro cuja extensão varia com as circunstâncias da enunciação.” Dessa maneira, o tempo presente não é usado somente para referir-se a um evento que ocorre no momento em que se fala, por incluir uma extensão entre passado e futuro, amplia-se os contextos semânticos de uso (Perini, 2010). Segundo Bagno (2012), pela maior frequência em dados de fala e pela amplitude semântica, o presente do indicativo é a forma não-marcada do português brasileiro, portanto, pode ser usada na expressão dos demais tempos verbais.

Enquanto tempo (tense) e modo levam em conta o sujeito tomando e avaliando o ponto de referência do que se enunciou o aspecto é “uma visão objetiva acerca da duração ou desenvolvimento entre um estado e um processo” (Castilho,1968). Portanto, ao contrário do tempo verbal, aspecto não é uma categoria dêitica. “Aspecto é um tempo interno da situação” (Travaglia, 2006, p.52). Logo, aspecto é uma categoria encontrada em um evento descrito pelo predicado que informa sobre a extensão temporal de um evento e a maneira que se desenvolve (De Migue,1999), dentre uma multiplicidade de aspectos verbais descritos, vamos nos ater a dois: O aspecto pontual (iii) e o aspecto habitual ou iterativo (iv) que serão testados no Experimento 2:

iii. Eu acredito que ele leia para a criança hoje à noite no quarto com lanterna.¹³

i.v. Eu acredito que ele leia para a criança toda noite no quarto com lanterna.

O exemplo iii, com o verbo no presente do subjuntivo, como prescrito pelas gramáticas normativas, expressa uma situação irrealis numa extensão de tempo entre passado e futuro em um “mundo possível” (Mithun, 1999) criado linguisticamente pelo enunciado, no entanto, a ação é de aspecto pontual, ou seja, não está definida a sua duração pelo predicado. Então, possivelmente em um futuro próximo (hoje à noite) ocorrerá a ação descrita (ler para a criança), sem previsão de duração expressa.

O exemplo (iv) também apresenta o verbo no presente do subjuntivo, da mesma maneira que no exemplo anterior expressa uma situação irrealis numa extensão de tempo

¹² Frases utilizadas no experimento 1

¹³ Frases experimentais utilizada no experimento 2

entre passado e futuro em um “mundo possível” (Mithun, 1999) criado linguisticamente pelo enunciado, no entanto, a ação é de aspecto habitual, ou seja, é uma ação expressa como um hábito, portanto, a ação se repete ao longo da extensão de tempo. Dessa forma, Pimpão (2012) mostra que o aspecto habitual tem uma projeção temporal espraçada, enquanto que o aspecto pontual possui um grau de futuridade que é um traço necessário para o uso do modo subjuntivo, segundo a autora, por isso, Pimpão (2012) e Brandão (2018) defendem que a alternância entre presente do indicativo e presente do subjuntivo é favorecida tanto pelo aspecto habitual quanto pela projeção temporal espraçada a qual ele favorece.

Em suma, a relação tempo e modo já está consolidada pelas gramáticas normativas e suas combinações são de conhecimento geral, no entanto, há teóricos mais recentes apontando para a possível relação entre aspecto e modo. De acordo com Perini (2010), algumas ideias se relacionam ora com o tempo, ora com o aspecto. Essa possível relação entre modo e aspecto traz novas hipóteses acerca do uso da marcação morfológica do modo subjuntivo que serão basilares na construção do experimento 2 desse estudo.

4. A aquisição do modo subjuntivo

Longchamps e Corrêa (2009) aplicaram um experimento de Produção por Imitação Elicitada em 25 crianças, divididas em 2 grupos (10 crianças com idade média de 3;9 e 15 com idade média de 5;5, ambos com famílias pertencentes à classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro e sem histórico familiar de déficits linguísticos). O experimento de Produção por Imitação Elicitada parte do pressuposto de que crianças pequenas só podem reproduzir por imitação as estruturas que já possuem em sua gramática mental (Lust, Flynn, Foley, 1996; Friedmann, Lavi, 2006).

Ao analisar os resultados, as autoras perceberam que (i) conforme sua hipótese, crianças de 3 anos têm maior dificuldade na produção e na compreensão de sentenças no subjuntivo do que crianças de 5 anos e que (ii) ambos os grupos possuem estratégias semelhantes para repetição das sentenças. Essas estratégias seriam, basicamente, substituições do subjuntivo pelo modo indicativo ou pelo infinitivo, como indicado no exemplo 1 e nos quadros 1 e 2.

3.1. **Subjuntivo:** Papai quer que eu telefone para ele todo dia.

3.2. **Indicativo:** Papai quer que eu telefono para ele todo dia.

3.3. **Forma Infinitiva:** Vovó pediu para eu tomar o remédio.

A partir destes dados, é possível tirar como principais conclusões (i) que muitas crianças realizam substituições das formas morfológicas do modo subjuntivo pelas formas morfológicas do modo indicativo; (ii) que a idade e, muito provavelmente, a teoria da mente estão relacionadas à aquisição do modo subjuntivo e (iii) que o subjuntivo presente já está relativamente consolidado na gramática das crianças de 5 anos, dada a porcentagem acima de 75% de repetições (Quadro 4).

Quadro 3: Porcentagem de respostas alvo e alternativas (LONGCHAMPS & CORRÊA, 2009: 1943)

Idade	Condição	Alvo	Subst. Inf. (Categoria 1)	Subst. Ind. (Categoria 2)	Outros (Categoria 3)
3 anos	Subjuntivo, Presente	50% (15/30)	16,7% (5/30)	23,3% (7/30)	10% (3/30)
	Subjuntivo, Passado	56,7% (17/30)	20% (6/30)	3,3% (1/30)	20% (6/30)
	Indicativo, Presente	73,3% (22/30)	0% (0/30)	0% (0/30)	26,7% (8/30)
	Indicativo, passado	73,3% (22/30)	0% (0/30)	0% (0/30)	26,7% (8/30)
5 anos	Subjuntivo, Presente	77,7% (35/45)	6,7% (3/45)	6,7% (3/45)	8,9% (4/45)
	Subjuntivo, Passado	66,7% (30/45)	17,8% (8/45)	4,4% (2/45)	11,1% (5/45)
	Indicativo, Presente	95,6% (43/45)	0% (0/45)	0% (0/45)	4,4% (2/45)
	Indicativo, Passado	97,8% (44/45)	0% (0/45)	0% (0/45)	2,2% (1/45)

Quadro 4: Porcentagem de respostas alvo e alternativas (LONGCHAMPS & CORRÊA, 2009: 1944)

	experimentais	infinitivo	indicativo
3 anos	Subjuntivo, presente	41,7% (5/12)	58,3% (7/12)
	Subjuntivo, passado	85,7% (6/7)	14,3% (1/7)
	Média total	57,9% (11/19)	42,1% (8/19)
5 anos	Subjuntivo, presente	50% (3/6)	50% (3/6)
	Subjuntivo, passado	80% (8/10)	20% (2/10)
	Média total	68,8% (11/16)	31,2% (5/16)

Em suma, segundo Longchamps e Correa (2009, pg.1939) “*a expressão do subjuntivo, apresenta-se como a mais complexa para a criança, no que concerne a modo. Esta requer morfologia específica, no contexto de sentenças complexas, em orações subordinadas a verbos de comunicação e de estado mental*”. Essa explicação explanatória para a aquisição tardia da morfologia de modo subjuntivo pode ser lida pelo funcionalismo de Givón como uma complexidade da forma decorrente de situações comunicativas complexas.

4.1 Teoria da mente e modalização da linguagem

Segundo Tomasello (2003), a distinção dos aprendizados humanos se divide em três tipos básicos: aprendizagem por imitação, por instrução e por colaboração. As últimas duas dependem da teoria da mente, definida como:

“única e muito especial forma de cognição social qual seja, a capacidade de cada organismo compreender os co-específicos como seres iguais a ele, com vidas mentais e intencionais iguais às dele. Essa compreensão permite aos indivíduos imaginarem-se “na pele mental” de outra pessoa, de modo que não só aprendem do outro, mas também através do outro” (Tomasello, 2003, p. 7).

Portanto, a teoria da mente é essencial para o aprendizado humano porque permite que o conhecimento seja transmitido culturalmente e isso é o que nos diferencia dos outros animais.

Os chimpanzés (bem como os bonobos), geneticamente mais próximos dos seres humanos, apesar de conseguirem inovar e criar soluções criativas, não possuem a teoria da mente a qual viabiliza uma transmissão social confiável para permitir a preservação de sua forma melhorada até que surja uma nova melhoria (Tomasello, 2003). Por exemplo, um chimpanzé pode criar uma ferramenta para caçar e isso evidencia a existência de um pensamento intencional, planejado. Além da intencionalidade, algumas inovações tecnológicas são aprendidas por imitação. Entretanto, isso não garante uma transmissão cultural do conhecimento mais técnico da confecção e do uso, que permita evolução cultural-tecnológica no uso de ferramentas por causa do modo limitado de aprendizagem dos macacos.

Além de permitir a transmissão cultural e o avanço tecnológico, a teoria da mente também nos permite prever situações bem como descrever estados mentais e isso se reflete na língua. Por exemplo, quando digo “Eu pensei que ele viesse”, o verbo “pensar”, assim como a morfologia do modo subjuntivo no verbo da subordinada remete a uma situação mental e nos leva à conclusão de que, na realidade, “ele não veio”. Portanto, a relação entre linguagem e teoria da mente ocorre logo no início da vida e, ambas se desenvolvem progressivamente (De Villier, 2007). De acordo com De Villiers (2007), a intenção está relacionada à linguagem na medida em que a leitura de, por exemplo, um gesto intencional que aponte para um objeto, contribui para produzir diversos contextos de uso e relacioná-lo

a um nome. Apenas a leitura da direção do olhar e de apontamentos intencionais ajudam a delimitar o possível significado de uma palavra assim como encaixá-la nas categorias sintáticas. Desse modo, com a linguagem é possível expressar intenções (Eu pretendo ser linguista), desejos (Eu quero ser linguista), crenças (Eu acredito na linguística) e falsas crenças (Ela acredita que entende de linguística, mas não entende).

O teste mais conhecido para comprovar a existência da Teoria da Mente chama-se “teste de Sally e Anne” e é normalmente feito com crianças, de modo a atestar sua capacidade de atribuição de falsa crença, ou seja, distinguir que outra pessoa pode saber ou acreditar em informações diferentes da que a criança sabe/acredita. No processo de teste, após a introdução de duas bonecas (Anne e Sally), começa-se a contar uma história em que Sally pega uma bolinha de gude e a esconde em uma cesta. A personagem Sally então deixa a sala e sai para uma caminhada. Enquanto ela está fora, Anne pega a bolinha da cesta de Sally e coloca em sua própria caixa. Sally é então reintroduzida e a criança é questionada sobre a questão-chave, a questão de crença: "Onde Sally procurará sua bolinha?". Se a criança responder “na cesta”, isso mostra que ela entende uma falsa-crença, ou seja, Sally acredita que a bolinha está na cesta pois foi onde ela a deixou, essa crença é falsa pois a bolinha está na caixa. Esse teste mostra o desenvolvimento da teoria da mente, pois é preciso pensar como a personagem da história para entender que quando a personagem não está no ambiente, ela não vê as mudanças e, portanto, vai procurar no último lugar em que o viu.

A noção de falsa crença ilustra a noção de “mundo possível” criado linguisticamente (Mithun, 1999), logo, não é porque um evento é expresso como uma maior certeza que necessariamente o fato ocorre, pois pode ser uma falsa crença. No entanto, segundo Palmer (2001), o falante expressa maior certeza quando de fato tem evidências para provar o que diz. Por isso, espera-se que as pessoas que não têm acesso às evidências, concluem a probabilidade de o evento ocorrer¹⁴ apenas pelas marcas de modalidade (de asserções reais ou irrealis) expressas na sentença (carga semântica do verbo principal, aspecto verbal, uso de advérbios e morfologia de modo e tempo).

Em suma, a autoconsciência humana não se resume à esfera individual (saber que existimos), pois está relacionada à esfera social (saber que temos uma vida mental assim como os seres da nossa espécie), isso diferencia a nossa cognição dos outros animais. Além disso, nos permite passar nossos conhecimentos culturalmente através, principalmente, da

¹⁴ A tarefa do Experimento 1 leva em conta essa provável relação entre o julgamento do falante e a evidência de uma ação. Por isso, fizemos a pergunta: Qual a probabilidade da ação acontecer?

linguagem, que não serve apenas para comunicar, mas também para representar estados mentais (intenções, desejos, crenças e falsas crenças).

Considerando que, conforme vimos nas seções anteriores, uma das diferenças entre os modos indicativo e subjuntivo nas línguas é o nível de certeza, nos perguntamos se algum aspecto relacionado à Teoria da Mente pode ser observado no julgamento de frases entre estes modos verbais. Por exemplo, levantemos o caso dos marcadores evidenciais. Os evidenciais são, grosso modo, marcas linguísticas que indicam as evidências para a afirmação que é feita em uma frase. Essas evidências podem ser expressões como em (i) ou mesmo marcas morfológicas que indicam o tipo de evidência, a forma de evidência ou mesmo o nível de certeza da evidência (ii).

- i. parece que (evidência indireta)
ouvi dizer que (evidência indireta por relatos)
eu vi que (evidência direta visual)

- ii. Exemplos de McLendon (2003)
p^ha·bék^h-**ink**'e = queimado (evidência direta – o falante se queimou)
p^ha·bék^h-**le** = queimado (evidência visual indireta – viram que X queimou)
p^ha·bék-**ine** = queimado (evidência visual direta – vi que X queimou)

Para Jeschulli e Roeper (2009), a capacidade de distinção dos evidenciais é um requisito para a atribuição de falsa crença e, considerando que o modo indicativo pode indicar uma maior certeza e o subjuntivo um menor nível de certeza sobre uma afirmação, o modo verbal poderia atuar de forma semelhante a um evidencial. Se estivermos corretos, seria possível verificar se um falante atribui maior nível de certeza a frases no modo indicativo em comparação com frases no subjuntivo. Esses pontos serão desenvolvidos em nossos experimentos.

5. Estudos sobre variação entre indicativo e subjuntivo em adultos

A alternância entre a marcação morfológica de modo indicativo e a de modo subjuntivo no português brasileiro já foi percebida e estudada por diversos pesquisadores em diferentes épocas e em diferentes regiões. No entanto, não é tão simples assumir a alternância entre a marcação morfológica de modo verbal como uma variação linguística porque há uma controvérsia ao considerar variáveis em níveis gramaticais mais altos.

De acordo com Domingos (2004) na linha da sociolinguística, as variantes de uma mesma forma não são compreendidas como formas livres e espontâneas e sim motivadas por fatores sociais, de estilo e estruturais.

“A Sociolingüística vê na língua um componente que permite a comunicação, um meio de identificação social, não sendo, portanto, individual nem tampouco estática, como o mundo não o é. A mudança se faz necessária em todos os âmbitos; no lingüístico, para que ela aconteça, é imprescindível que ocorram primeiramente variações, e quando essas ocorrem, pressupõem-se que existam variantes. De acordo com LABOV (1978) e TARALLO (2001), estas constituem os diversos modos de se dizer a ‘mesma coisa’ (com um mesmo valor de verdade) em um mesmo contexto.” (Domingos, 2004, p. 39)

A definição de variantes propostas por Labov (1978) e Tarallo (2001) apud Domingos (2004) não é polêmica nos fenômenos de níveis fonético-fonológico, por isso a maioria dos trabalhos na área de sociolinguística são nesses níveis. Por exemplo, é facilmente compreendido que usar o R retroflexo ou o R tepe são dois modos distintos de dizer a mesma coisa, com o mesmo valor de verdade, em um mesmo contexto, essa variação pode ser explicada por questões regionais, sociais e estilísticas, um ser mais usado no interior de São Paulo e outro na capital, ou até mesmo aquele ser usado por questão de estilo pelos falantes da periferia de São Paulo. Entretanto, em níveis mais altos de análise, é difícil usar essa mesma definição laboviana de variante, uma vez que em nível sintático obrigatoriamente surgem significados subjacentes às variantes (Brandão, 2018).

Desse modo, não há consenso na área da sociolinguística de como devem ser tratadas questões de significação das variantes. Alguns trabalhos atêm-se à noção de sentido referencial e, em outros, há o estudo de contextos de variação. Por exemplo, Weiner e Labov

(1983) tomam a alternância da voz ativa e da voz passiva como exemplos de variantes de equivalência semântica, ou seja, com o mesmo sentido referencial. Contudo, esse estudo foi alvo de críticas pois para Lavandera (1984) há diferenças fundamentais em níveis intencionais e funcionais. Um exemplo de diferença intencional é o uso da marcação morfológica do modo subjuntivo como uma forma de pedido mais polida do que o uso da marcação morfológica de modo imperativo.

Diante desses impasses teóricos, Lavandera (1984) sugere substituir a noção de significado referencial pela de compatibilidade funcional, isto é, quando duas formas alternativas apresentam a mesma função comunicativa em um determinado contexto. Dessa maneira, para a autora, o significado compreende todos os possíveis significantes para uma mesma função comunicativa. No caso desse trabalho especificamente, as formas de marcações morfológicas de subjuntivo e indicativo, no mesmo contexto, têm a mesma função comunicativa (indicar probabilidade) e poderiam ser consideradas variantes linguísticas.

Então, os trabalhos que serão apresentados sobre a alternância entre o modo indicativo e subjuntivo são diversos e entram em embate com esses empasses teóricos para considerarem ou não a alternância entre a marcação morfológica entre modo indicativo e subjuntivo uma variação linguística.

5.1. Domingos, 2004

De acordo com Domingos, (2004) há uma variação entre o modo indicativo e subjuntivo porque o contexto discursivo é mais determinante para a interpretação da modalidade irrealis do que a própria marcação morfológica modo-temporal. A autora analisou, mais precisamente, a variação entre o pretérito imperfeito do indicativo (1), o futuro do pretérito do indicativo (2) e pretérito imperfeito do subjuntivo (3) em contexto de cotemporalidade¹⁵ com uma referência a um ponto de referência do passado.

- 1) Pensei que ele vinha.
- 2) Pensei que ele viria.
- 3) Pensei que ele viesse.

¹⁵ “Por *cotemporalidade* estamos tratando de situações que ocorrem simultaneamente ao *ponto de referência*, que assumimos ser a 'âncora' à qual está presa tal situação”; como, por exemplo, quando dizemos "Pensei que *era/fosse* visita" ao abrirmos a porta para alguém. O ponto de referência é o verbo da oração principal, *pensei*, codificado no passado; a este ponto está ancorada a situação *ser visita*. Por isso, o contexto de variação é *cotemporal a um ponto de referência passado*.” (Domingos, 2004, p. 17)

No estudo de Domingos (2004) foram consideradas as orações subordinadas substantivas com o mesmo significado referencial e de cotemporalidade a um ponto de referência anterior ao momento da fala. Tendo como escolha principal de seleção a variação do tempo verbal em pretérito imperfeito do indicativo, o futuro do pretérito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo. A autora ainda afirma que a interpretação do tempo e modo de um enunciado depende do contexto discursivo. Por exemplo, há pontos de referência, além da marcação morfológica de tempo, para interpretarmos uma frase como presente, passado ou futuro como, por exemplo, os advérbios de tempo e muitas vezes as referências de tempo estão mais implícitas ainda e depende de um conhecimento prévio da comunidade falante a quem o enunciado se dirige. No caso das orações subordinadas, o ponto de referência sempre estará na oração principal, por isso os 3 exemplos dados no início referem-se ao passado.

A autora construiu corpus a partir dos dados do *Projeto Entrevistas Sociolinguísticas*, da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, SC e também do *Banco de Dados do Projeto VARSUL* (Variação Lingüística Urbana da Região Sul do País), disponibilizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. aquele desenvolvido a partir de informantes da cidade de Criciúma, tendo seus dados coletados nos anos 2000 e 2001; este, em quatro universidades dos três estados da região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No *Projeto VARSUL* optou-se pelo estudo de informantes de Florianópolis, cujos dados foram coletados na década de 1990.

Na pesquisa quantitativa, respeitando as condições impostas – referência a um passado em contexto de cotemporalidade em orações subordinadas substantivas- percebeu-se que o pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito do subjuntivo são variantes dependentes, sendo aquela considerada a aplicação da regra. Já o futuro do pretérito teve apenas 9 ocorrências entre 369 decodificadas e quando foi substituído pelas outras formas verificou-se incompatibilidade da manutenção do mesmo valor representacional.

Quando analisados os fatores lingüísticos dessa variação, o que mais se destaca é a relação entre o tempo da oração principal para compreender a referência, pois apenas esses tempos verbais na oração principal mantiveram as condições do estudo: *pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, e futuro do pretérito*.

Outra hipótese trazida por (DOMINGOS, 2004) é de que o uso de verbos cognitivos na oração principal favoreceria o uso do *pretérito imperfeito do indicativo* (PII) no lugar do

pretérito imperfeito do subjuntivo. Na análise dos dados coletados a preferência pelo PII foi percentualmente relevante, como mostra o quadro abaixo:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Verbos cognitivos	126 / 139	91	0,81
Verbos ã cognitivos	68 / 206	33	0,28
Total	194 / 345	56	

TABELA I: Influência do tipo de verbo da oração principal sobre o uso do PII versus PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

(Domingos, 2004, p.92)

Na tabela, são apresentados os usos do *pretérito imperfeito do indicativo* em relação ao tipo de verbo na oração principal e percebe-se que em 91% das frases com verbos cognitivos esse tempo e modo verbal foi escolhido. Outra questão interessante é que 56% das trezentas e quarenta e cinco ocorrências foram de *pretérito imperfeito do indicativo* nas orações subordinadas, contra os 44% de ocorrências do *pretérito imperfeito do subjuntivo*, um diferencial de 12%.

Outro fator relevante para a escolha do PII foi o seu uso incentivado em contextos nos quais ele já estava sendo usado, fator denominado de paralelismo, como se o falante escolhesse não trocar a forma verbal por ser mais cômodo e por não interferir na compreensão do enunciado.

Outro fator avaliado foi a modalidade, aquela que codifica a atitude do falante, seu julgamento a respeito da informação da oração (Lyon, 1977; Gorsk *et al*, 2002). As modalidades analisadas foram: *quando se fala sobre o que achava que aconteceria e acontece*; *quando se fala sobre o que achava que aconteceria e não acontece*; *quando se fala sobre o que é impossível/improvável de acontecer*; e *quando se fala sobre algo imprevisível*. O dado mais interessante encontrado foi a ocorrência de 82% de PIS para a modalidade quando se fala sobre o que é impossível/improvável de acontecer mostrando que quanto mais irrealis for a situação, mais há a necessidade da marcação verbal desta, através do modo verbal. Já as modalidades quando se fala sobre algo que achava que aconteceria e acontece e quando se fala sobre algo que achava que aconteceria e não acontece apresentaram um uso equilibrado entre os dois modos estudados. O uso de PII era favorecido em situações sobre as quais os falantes achavam que poderia acontecer já em situações mais improváveis ou impossíveis se torna mais necessário o uso de PIS.

Ao estudar as formas compostas dos verbos na oração subordinada, chegou-se à conclusão de que o verbo **ir** e o verbo **ter** favorecem à escolha por PII, enquanto o verbo **ser**

favorece à escolha por PIS. Quando analisado o uso de locuções verbais na oração principal, percebe-se que sua presença favorece o uso PII.

Em relação ao aspecto dos verbos utilizados na oração principal, (Domingos, 2004) propõe uma escala de verbos de *estado* como [+ durativo], *atividade* e *achievement* como [± durativo] e os *accomplishment* como [- durativo] na qual, quanto mais duratividade, mais as formas do PII são favorecidas.

Em relação ao uso de PII de acordo com a faixa etária, as maiores porcentagens de ocorrência acontecem mais na faixa dos 15 aos 24 anos e na dos 50 anos ou mais. Segundo (Domingos, 2004), isso deve-se ao fato desses indivíduos não estarem em contato com atividades formais relacionadas a trabalho e, portanto, terem mais liberdade para se expressar.

Os fatores sexo, escolaridade e tipo de verbo na oração principal não foram relevantes para o uso de PII. A hipótese de que quanto mais estudado o informante, maior o índice de uso de PIS não foi sustentado pelos dados.

5.2 Vieira, 2007

Assim como Domingos (2004), Vieira (2007) também estudou a variação linguística entre modo subjuntivo e indicativo através da análise de corpus. O corpus utilizado por Vieira (2007) foi o *Corpus Discurso & gramática: a língua falada e escrita na cidade de Natal*¹⁶ que é composto de gravações orais coletadas de participantes separados por sexo igualmente por sexo e grau de escolaridade, quatro informantes de cada série final de cada segmento de ensino (quarta série, oitava série, terceiro ano do Ensino Médio e último período do Ensino Superior). Na pesquisa, foram utilizados apenas os textos orais de informantes a partir da oitava série, atual nono ano.

Nesse corpus foram encontradas 94 orações subordinadas substantivas com verbos no subjuntivo e 12, com o verbo no indicativo, respectivamente 88,7% e 11,3%. Esse resultado, segundo Vieira (2007), mostra que há uma variação, no entanto, também mostra que o uso do subjuntivo está em uso corrente na cidade. O modo subjuntivo encontrado foi aplicado no pretérito perfeito e no presente.

Das 94 orações com o verbo no subjuntivo, a maioria ocorreu em orações subordinadas substantivas objetivas diretas, pois são mais frequentes e cognitivamente menos complexas. No entanto, essas estruturas também estão mais passíveis de desgaste semântico,

¹⁶ o Corpus Discurso & gramática: a língua falada e escrita na cidade de Natal (Furtado da Cunha, 1998)

portanto de favorecem o surgimento de novas estruturas com o mesmo valor de verdade, assim também são as que favorecem o uso do subjuntivo. As 12 orações subordinadas com indicativo, 10 eram orações subordinadas objetivas diretas, 6 delas com o verbo **pensar** na oração principal; 1 de cada seguinte: **pensar negativo**, **achar**, **achar negativo** e **permitir**. Todos os verbos são de percepção/cognição, o que corrobora com o estudo de Domingos (2004) e pertencem ao campo epistêmico de baixa certeza.

Portanto, o estudo está em consonância com Givón (2001), esse sub-modo é a categoria não-marcada em relação ao sub-modo deôntico, logo, também mais possível de se encontrar variação. Nesse estudo só foram estatisticamente relevantes as variáveis intralinguísticas.

5.3. Oliveira, 2007

A tese Oliveira (2007) sobre o uso do modo verbal em estruturas de complementação, foi elaborada a partir de um corpus de entrevistas do Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB), publicado em 2001, e aponta para um processo de variação linguística no uso do modo subjuntivo na Paraíba. Esse corpus é dividido em 5 volumes, por anos de escolaridade, desse modo, o volume I é de pessoas sem escolarização; o volume II é de 1 a 4 anos de escolarização; volume III é de 5 a 8 anos de escolarização e o volume V é de 11 anos ou mais de escolarização. Assim como Vieira (2007), Oliveira (2007) também tinha a hipótese de que a escolarização influencia a escolha do modo verbal da oração subordinada. No entanto, o que se percebeu pelos dados é que a escolaridade afeta a produção de subordinadas, ou seja, as pessoas com menos escolaridade tiveram menos dados dessa produção, entretanto, o uso do modo verbal foi distribuído igualmente entre os volumes.

Dos dados encontrados, Oliveira (2007) separou a análise em dois grupos de verbos encontrados na oração principal do corpus analisado: os verbos volitivos (querer, esperar, pedir) e os verbos de opinião (crer, achar e acreditar). O primeiro grupo apresentou o uso quase categórico do modo subjuntivo, de 135 ocorrências, 89 com o verbo **querer**, 30 com o verbo **pedir** e 16 com o verbo **querer**, apenas em 1 apresentou o uso de indicativo na subordinada. Já o segundo grupo apresentou mais dados e mais variação de 537 dados, 478 foram com o verbo **achar**, 468 com indicativo na subordinada, 10 com subjuntivo; 34 foram com o verbo **crer**, 33 com indicativo na subordinada, 1 com subjuntivo; foram 25 com verbo **acreditar**, 19 com indicativo na subordinada e 6 com o subjuntivo.

Segundo Oliveira (2007), o uso categórico do modo subjuntivo no primeiro grupo confirma a hipótese inicial de que as formas subjuntivas têm maior incidência no Nordeste e essas são parâmetros na gramática interna dos falantes. Em relação ao segundo grupo, Oliveira (2007) concluiu que o uso do indicativo é quase categórico com o verbo *crer*, diferentemente do Português Europeu, ao passo que **acreditar** e **achar** já apresentam variação. Uma possível explicação que a autora não traz, mas que trabalharemos é a hipótese de que quanto mais alto na escala de certeza, menor a necessidade semântica de marcação do subjuntivo, desse modo, **crer** está mais alto na escala e **achar** está bem mais baixo, apresentando maior variação. Outra conclusão importante desse trabalho foi que o uso do subjuntivo é favorecido por enunciados com negação.

5.4. Barbosa, 2013

Baseando-se em pesquisas anteriores, incluindo a de Oliveira (2007), Barbosa (2013) propõe-se a analisar a variação entre indicativo e subjuntivo na fala do Espírito Santo. A análise foi feita através do corpus “O português falado na cidade de Vitória”, o PORTVIX. Segundo a O PORTVIX tem como objetivo refletir a fala dos moradores de Vitória. Portanto, para a seleção dos 46 informantes foram relevantes os seguintes critérios: “a) serem naturais de Vitória; b) terem pais capixabas; c) residirem sempre nesta cidade. Quanto às características sociais, os informantes foram divididos em: a) sexo: masculino e feminino; b) faixa etária: 7 a 14 anos; 15 a 25 anos; 26 a 49 anos e mais de 49 anos; c) grau de escolaridade: fundamental, médio e universitário.” (Barbosa, 2013, p. 57)

Barbosa (2013) usou de base o trabalho da Oliveira (2007) para separar as variáveis a serem analisadas nas orações subordinadas, as variáveis linguísticas foram: o campo semântico do verbo da oração matriz, assertividade, tempo verbal da oração matriz e a variável social analisada foi a escolaridade, também com a mesma hipótese de que quanto o grau de escolaridade, mais seria favorecido o uso do modo subjuntivo. Segundo Barbosa (2013), os verbos foram distribuídos de acordo com Pereira (1974, p. 219):

- “i. Verbos não-factivos volitivos (querer, pedir, mandar, exigir, determinar, esperar, aceitar, concordar, permitir, preferir, pretender, precisar, ter medo); não-factivos não-volitivos⁵, factivos emotivos ou avaliativos (gostar) e bicondicional (duvidar): campo de ocorrência do subjuntivo;
- ii. Verbo ou predicado indiferente de opinião e suposição (considerar, imaginar, pensar, acreditar, supor, dizer (=significar), significar); verbo ou

predicado indiferente de suposição (parecer) e verbo ou predicado indiferente de opinião (achar): campo de alternância do indicativo ou do subjuntivo;

iii. Verbos factivos não-emotivos não-avaliativos (saber); verbos performativos e condicionais (garantir, afirmar, ser certo): campo de ocorrência do indicativo.” (Pereira, 1974 apud Barbosa, 2013, p. 69)

Os resultados do grupo i, apesar de serem verbos nos quais espera-se um resultado categórico para o uso do subjuntivo, foi favorecido em 80%, em 20 proposições em 25 encontradas. O grupo iii teve 11 proposições com subjuntivo em 20 encontradas, representando 55% dos casos, levando em consideração o peso relativo.

Dos verbos analisados separadamente é interessante comparar os verbos: *crer*, *acreditar* e *duvidar*. O verbo **duvidar** teve 11 ocorrências de subjuntivo em 20, com média de 55%. Apesar de **crer** e **acreditar** serem sinônimos, aquele apresentou maior porcentagem de ocorrência de subjuntivo, 10 proposições com subjuntivo de 19, representando na média ponderada, 53%; o verbo **acreditar** teve 6 proposições com subjuntivo de 15, representando, 40%. Uma possível explicação trazida por Barbosa (2013) foi baseada em Pereira (1975) de que se usa indicativo quando o verbo **crer** tem o sentido de “ter fé/convicção” e subjuntivo quando o verbo tem sentido de “supor”. Entretanto, os dados encontrados não sustentam essa explicação teórica.

O verbo **querer** foi analisado separadamente por causa de sua alta frequência com 41 ocorrências e teve o uso do subjuntivo favorecido na subordinada, com peso relativo de 0,953, mas ainda apresentou variação, pois em 14% de uso de indicativo, contrariando as prescrições gramaticais. Exemplo de dado encontrado “Eu quero que ele estuda.” (homem, 26 a 49 anos, ensino fundamental). A autora percebeu que os contextos de uso de subjuntivo para esse verbo foram os que apresentavam traços de futuridade. Outro verbo analisado separadamente “achar” em que era esperado uma variação equilibrada, entretanto, apresentou apenas 9 proposições com subjuntivo de 167, com média ponderada de 5 %. Também contrariando as hipóteses teóricas, o verbo “gostar” desfavoreceu o uso de subjuntivo.

O tempo verbal pretérito perfeito ou imperfeito mostrou-se um fator de favorecimento do subjuntivo que ocorreu em 76% das proposições, enquanto o presente apresentou 27% de favorecimento. Além dos verbos foram analisadas proposições com o modalizador talvez e esse favoreceu o subjuntivo, como esperado. A variável social analisada, contrariando

também trabalhos anteriores se mostrou relevante, ou seja, quanto maior o grau de escolaridade, maior o uso do subjuntivo.

5.5 Carvalho, 2014

Carvalho (2014) faz um estudo sociolinguístico acerca da variação entre modo indicativo e modo subjuntivo no estado do Ceará, comparando dados de Fortaleza e dados da região do Cariri, conjunto de cidades unidas pelo processo de conurbação. A análise, assim como dos estudos anteriormente citados, foi feita a partir de corpus composto por entrevistas sociolinguísticas. O corpus de Fortaleza foi o NORPOFOR (Norma Oral Popular de Fortaleza), da Universidade Estadual do Ceará (UEC), composto por 24 informantes separados por faixa etária de (15-25, 26-46 e 50 anos ou mais). Bem como o corpus de Cariri foi o PROFALA da Universidade Federal do Ceará (UFC), composto por 60 informantes estratificados por sexo, faixa etária e anos de escolaridade. O estudo foca na carga semântica do verbo principal, como fator essencial para definir o uso do modo subjuntivo ou para permitir variação.

Segundo Carvalho (2014), a escolha do modo verbal da oração subordinada em orações substantivas em geral está relacionada à carga semântica do verbo principal. No entanto, há verbos principais que não condicionam o modo da subordinada. Nesses casos, há alternância dos modos subjuntivo e indicativo. A autora se baseia nos conceitos de Pereira (1974) de *função semântico-gramatical* para os casos em que a modalidade expressa pela matriz e pela subordinada é compatível e *função gramatical* para os casos em que a modalidade expressa pela oração principal, não repetida na subordinada pois se torna uma redundância.

A comparação dos dados mostra o uso categórico (100%) do subjuntivo nos verbos **querer, esperar, desejar** em Fortaleza e quase categórico (97%) em Cariri. Entretanto, foram encontradas variações em alguns tipos de verbo, categorizados e agrupados pela autora, em Fortaleza, nos verbos de opinião e suposição (pensar, imaginar, crer e ver), houve 22% de variação com o indicativo; nos verbos performativos (dizer, falar), houve 7,7% de variação com o indicativo; e o verbo **achar** que teve alta frequência nos dados, apresentou 4,5% de variação com o indicativo. Nos dados do Cariri, os verbos cognitivos (crer, pensar e acreditar) apresentaram 45% de variação com o indicativo e verbos dicendi (dizer e contar) apresentaram 12% de variação.

Nos dados de Carvalho (2014) há um aspecto interessante, o aumento na porcentagem de variação ao acrescentar o verbo “acreditar”, na análise de **crer** e **pensar**, também presentes nos verbos de opinião e suposição dos dados de Fortaleza. Além disso, é interessante observar que os verbos que favorecem uma variação, apresentam claramente uma modalidade irrealis e a concordância com o modo na subordinada, poderia tornar a frase redundante, por isso, alguns falantes optam pela função gramatical apenas.

O estudo de Carvalho (2014), assim como o estudo de Oliveira (2007) concluem que o subjuntivo está em pleno uso na língua falada no Nordeste. No entanto, no Sudeste, segundo Oliveira (2007), comparando os mesmos grupos verbais estudados no Nordeste e no Sudeste, os grupos do Nordeste apresentam de 95% a 100% de frequência de subjuntivo, os mesmos grupos no Sudeste apresentam de 59% a 79% de frequência de subjuntivo, mostrando uma entrada maior de indicativo nessa região. Entretanto, pelos estudos variacionistas citados, é possível concluir que há um processo de variação linguística entre os modos verbais nas orações subordinadas.

5.6. Santos, 2015

Santos (2015) fez um estudo comparativo entre as cidades de São Paulo- SP e São Luís- MA mostrando a alternância entre a marcação morfológica de modo subjuntivo e indicativo nessas cidades. A hipótese norteadora do trabalho é de que o modo indicativo está ampliando seus contextos de uso e, dessa maneira, tomando lugar das formas subjuntivas no português brasileiro. A escolha dessas cidades foi justificada pelos sentidos comuns relacionados às variedades linguísticas destas, em relação a São Paulo, há o discurso corrente de que seus falantes estão abandonando o uso da marcação morfológica do subjuntivo, em relação a Maranhão, há o discurso corrente de que seus falantes conservam a língua e por isso, a variedade linguística dessa cidade seria mais próxima do Português Europeu.

Essa alternância foi estudada em dois bancos de dados, um em cada cidade, depois os resultados foram comparados, destacaremos aqueles relevantes para as nossas hipóteses. Os dados de São Paulo são do projeto Iboruna (Gonçalves, 2005) composto de 36 entrevistas sociolinguísticas da região noroeste paulista e os dados de São Luís foram coletados pelo próprio pesquisador entre 2012 e 2013 através de 36 entrevistas sociolinguísticas.

Três casos de subordinação foram selecionados (adverbiais, substantivas e adjetivas) nos dois bancos de dados e destacaremos os resultados encontrados nas orações subordinadas substantivas. Em São Paulo, houve uma ocorrência maior da marcação morfológica de modo

indicativo no tempo presente. Também se observou maior ocorrência dessa forma em orações subordinadas iniciadas por “se” e “que” que também são as formas mais frequentes nos dados, portanto, as formas menos marcadas. Os verbos volitivos que exprimem incerteza, dúvida e desejo desfavorecem o uso do modo indicativo (08 ocorrências em 51), em conformidade com as prescrições das gramáticas normativas.

Em São Luís, foram encontradas as mesmas tendências da cidade de São Paulo e, contraindo o senso comum sobre a variedade linguística dessa cidade, houve uma alta taxa de uso do modo indicativo em contextos subjuntivos em orações subordinadas substantivas. Santos (2015) afirma que parece haver uma alternância em direção à mudança linguística em ambas as cidades, no entanto, há diferença de padrão na mudança. Santos (2015) dividiu as faixas etárias em 60 ou +, 36-59 e 18-35, enquanto, em São Luís, há uma curva crescente, nessa ordem, como o esperado, em São Paulo, a segunda faixa-etária é que usa menos o modo indicativo. Em suma, o autor defende que, em contextos de orações subordinadas substantivas, há uma mudança linguística em curso, na qual a marcação morfológica de modo indicativo está ampliando seus contextos de uso, substituindo a marcação morfológica de modo subjuntivo.

5.7. Síntese dos resultados e conclusões

Os estudos acima resenhados foram de suma importância para definir as frases experimentais do Experimento I, explicado no próximo capítulo. Abaixo há uma tabela com os resultados e conclusões mais relevantes para moldar o experimento I.

Verbos do campo epistêmico de baixa certeza na oração principal favorecem a marcação morfológica de subjuntivo na oração subordinada. (Carvalho, 2014; Domingos, 2005; Oliveira, 2007; Vieira, 2007)
Uso do modo subjuntivo associado a contextos improváveis (Domingos, 2004). Diante disso, a carga semântica do verbo principal condiciona a escolha do modo verbal da oração subordinada (Carvalho, 2014)
Modo subjuntivo ocorre mais no presente (Vieira, 2007)
Maior ocorrência de modo indicativo em orações subordinadas substantivas no presente (Santos, 2015). Entretanto, dentro das orações substantivas, maior ocorrência de modo subjuntivo em orações subordinadas substantivas objetivas diretas. (Vieira, 2007)

Variação entre modo indicativo e modo subjuntivo tanto com o verbo **duvidar** quanto com o verbo **acreditar**. No entanto, maior ocorrência de modo indicativo na oração subordinada, em frases com o verbo acreditar na oração principal. (Carvalho, 2014; Oliveira, 2007)

Quadro 5-Síntese dos trabalhos sobre variação entre modo indicativo e subjuntivo em sociolinguística.

Em suma, as conclusões acima levaram à escolha de trabalhar com orações subordinadas substantivas, no presente, com dois verbos principais (duvidar e acreditar), um representando baixa certeza epistêmica e o outro alta certeza epistêmica, em sentenças com variação entre modo indicativo e subjuntivo na oração subordinada. No próximo capítulo será explicada a metodologia utilizada na elaboração do experimento I, seus resultados e discussão. É importante ressaltar que o experimento baseou-se nos conceitos da linguística funcional e nos resultados de estudos sociolinguísticos para criar um experimento usando a metodologia da psicolinguística.

6. Experimento 1

A partir dos estudos sociolinguísticos resenhados e das propostas teóricas funcionalistas sobre contextos de uso da morfologia do modo subjuntivo, surgiu o interesse em entender melhor a influência da semântica do verbo da oração principal e suas matizes de sentido que indicam mais ou menos certeza, como na escala de certeza proposta por Givón (1994). Com essa finalidade, selecionamos os verbos: acreditar e duvidar, aquele como um representante de verbo de alta certeza e este como um representante de baixa certeza, como sugere Palmer (2001) nos exemplos do espanhol:

- i. Creo que aprende (uso da marcação morfológica do indicativo)
- ii. Dudo que aprenda (uso da marcação morfológica do subjuntivo)

Segundo Palmer (2001), no espanhol, com o verbo principal “creer” (crer) não é categórico o uso da marcação morfológica de modo subjuntivo na oração subordinada, ocorrendo, em geral, a marcação morfológica de modo indicativo. Já com o verbo “duda” (duvidar), o uso da marcação morfológica do modo subjuntivo é categórico, segundo Palmer (2001), é porque o verbo “duda” indica uma menor certeza do falante acerca da probabilidade de o evento acontecer, ou seja, há menos evidências que comprovem o fato.

No português, quanto ao verbo “crer”, esperava-se que o uso da marcação morfológica de modo indicativo fosse privilegiado assim como no espanhol, como foi o caso do estudo de (Vieira, 2007). No entanto, os dados do estudo de Barbosa (2013) mostraram exatamente o oposto, na variação, houve um maior uso da marcação morfológica de modo subjuntivo (53% das ocorrências em seu corpus), já no estudo de Carvalho (2014) ao acrescentar o verbo acreditar no conjunto (crer e pensar), houve um aumento na porcentagem de uso de indicativo. Diante dessa divergência, escolhemos o verbo “acreditar” por apresentar, nos estudos resenhados, uma alternância mais clara entre as marcações morfológicas de modo indicativo e subjuntivo.

No estudo de Barbosa (2013), o verbo “duvidar” na oração principal apresentou 55% de ocorrências de uso da morfologia de modo subjuntivo no verbo da oração subordinada. Portanto, o experimento envolverá quatro versões de uma mesma frase alterando o verbo da oração principal (acreditar x duvidar) e a morfologia de modo do verbo da oração subordinada (indicativo e subjuntivo), todas no presente. Além da medição e análise do tempo de leitura dos participantes ao executarem a leitura automonitorada, que será explicada subsequentemente, havia uma pergunta tarefa (Qual a probabilidade de a ação acontecer?) que deveria ser respondida em uma escala *likert* de 5 pontos. Para a tarefa, os participantes foram orientados para analisarem os verbos que claramente indicassem uma ação.

6.1 Hipóteses

A hipótese central é que existe uma escala de certeza em que alguns verbos são usados para expressar um julgamento de maior certeza do falante sobre o evento descrito e outros exprimem uma incerteza. A tese principal defendida por Givón (1994) e Palmer (2001) é de que o falante faz um julgamento a partir de evidências, logo, se ele achou muito provável um evento, é porque tem evidências para prová-lo. Desse modo, a escala de certeza se relaciona com a escala de probabilidade proposta pelo experimento.

- a. O verbo acreditar, por expressar um julgamento de maior certeza, tornará a frase mais *realis* o que deve propiciar o uso do modo indicativo no verbo da oração subordinada, como ocorre com o espanhol. Além disso, como expressa maior certeza, a probabilidade de o evento ocorrer será maior.
- b. O verbo duvidar, por expressar um julgamento de menor certeza, tornará a frase mais *irrealis* o que propicia o uso do modo subjuntivo no verbo da oração subordinada,

como ocorre no espanhol. Além disso, como expressa dúvida por parte do falante, a probabilidade de o evento ocorrer será menor.

6.2 Participantes

Esse experimento foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais da Unicamp (CAAE 86648818.6.0000.8142). Foram recrutados 20 participantes (08 mulheres), falantes nativos do português do Brasil, com idades entre 20 e 35 anos, com visão normal ou corrigida. Todos eram universitários, mas foi vedada a participação de estudantes de Linguística e demais áreas dos estudos da linguagem, bem como pessoas que tivessem conhecimento prévio sobre os temas dessa pesquisa.

6.3 Materiais

As frases experimentais foram divididas em dois tipos, (i) transitivas diretas, (ii) preposicionadas. Ademais, as frases preposicionadas, por questão de controle, foram divididas em outros dois níveis, as preposicionadas com [com] e com [para]. Desse modo, completamos 3 tipos de frases.

Cada um dos três tipos de frases experimentais foi construído a partir de duas variáveis, verbo da oração principal (acreditar ou duvidar) e concordância de modo da oração subordinada (indicativo ou subjuntivo), cada uma com dois valores diferentes e cruzados, resultando em um desenho 2x2(x3 tipos de frase). As frases foram distribuídas segundo um quadrado latino, de modo que todas as frases pudessem ser lidas por todos os participantes, mas ainda pudessem ser comparadas entre si nas 4 diferentes versões da lista de estímulos¹⁷.

Antes da entrega dessa versão do texto, foi identificado um problema nas frases da versão 4 do experimento e seus dados foram eliminados (360; 5 participantes) para não enviesar os resultados. Assim, o quadrado latino não está completo, o que pode trazer algum problema numa análise por itens, porém, vale ressaltar que o próprio desenho em quadrado latino permite uma análise ao menos parcial, uma vez que não há desbalanceamento entre o número de dados de cada condição experimental. Em tempo, os dados serão reanalisados antes da entrega da versão final da dissertação e na apresentação para a banca.

¹⁷ (i) acreditar + indicativo; (ii) acreditar + subjuntivo; (iii) duvidar + indicativo; (iv) duvidar + subjuntivo. As versões de cada frase foram igualmente distribuídas entre as 4 versões da lista.

6.3.1. Exemplos das frases experimentais

- a. Ela acredita/duvida que eu pague/pago o boleto no Banco do Brasil
- b. Ela acredita/duvida que eu dance/danço com o menino no baile do colégio
- c. Ele acredita/duvida que eu treine/treino para a partida do torneio de basquete.

Repare que nossos estímulos têm três versões, uma em que o verbo da oração subordinada possui um objeto direto (a) e outras cujo verbo é seguido das preposições com (b) e para (c). Para evitar influências estruturais, foram usados três conjuntos de frases. Esses três conjuntos serão comparados nos resultados. Cada um dos três conjuntos possui 20 itens, totalizando 60 frases experimentais. A essas frases, somamos 120 frases distratoras.

Embora não tenha sido realizado um teste de plausibilidade sistemático, todas as frases passaram por pelo menos 5 falantes nativos. Todas as frases que tiveram maior taxa de aceitabilidade foram alteradas para se tornarem mais aceitas ou foram criadas outras frases diferentes que passaram pelo mesmo crivo.

Todos os materiais, experimento e dados constam na pasta “Experimento 1”, no projeto OSF (Open Science Framework) que pode ser acessado pelo seguinte link:

https://osf.io/uktcz/?view_only=725a6e0995cd41b88f4ef8dafaa661d1

6.4 Procedimentos

Esse experimento foi elaborado em Python com auxílio da toolbox PsychoPy (v.1.82; Peirce, 2017), aplicado no Windows 10. Foi utilizado um laptop Dell com monitor de 15.6” de 60Hz. Os participantes foram posicionados a aproximadamente 50cm da tela.

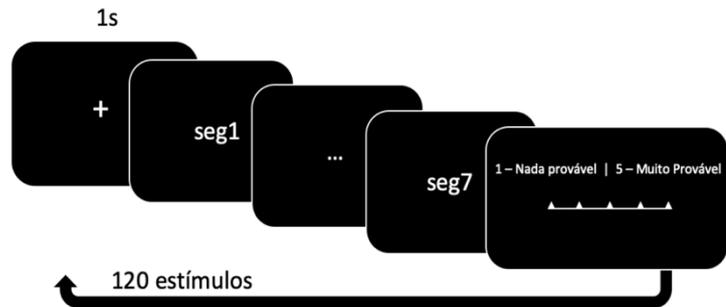
Nosso teste segue o método da leitura automonitorada. As frases experimentais foram divididas em 7 segmentos que são apresentados no centro da tela. Para passar de um segmento para o seguinte, os participantes são instruídos a pressionar a tecla [barra de espaço] assim que finalizarem a leitura do material já apresentado. Ao pressionar a tecla, um segmento some e aparece o seguinte. Todas as frases foram precedidas de uma cruz de fixação [+] de duração de 1 segundo, e sucedidas de uma tarefa.

A tarefa consiste no julgamento, por parte do participante, da probabilidade de que o evento descrito pela frase lida de fato ter acontecido. O julgamento foi feito segundo uma *likert* de 5 pontos, sendo 1 correspondendo a ‘nada provável’ e 5 a ‘muito provável’. As

respostas eram dadas através do clique de um mouse USB e foi registrado o tempo de cada resposta. O limite para as respostas era de 5 segundos.

Para minimizar efeitos de curva de aprendizagem, uma versão de treinamento com 15 frases era apresentada antes do experimento principal, de modo que o participante se sinta habituado à tarefa.

Os estímulos eram apresentados em ordem aleatória, na fonte Arial, no tamanho padrão do PsychoPy (0.1), em cor branca em fundo preto. Cada participante levou cerca de 30 minutos para finalizar o teste.



6.5 Previsões

Os segmentos críticos são os 5º e 6º.

- Verbos no indicativo serão lidos mais rapidamente do que os verbos no subjuntivo porque o subjuntivo é cognitivamente mais complexo.
- Nas frases com o verbo acreditar + modo indicativo, os segmentos críticos terão um tempo de leitura menor visto que a semântica do verbo principal e a morfologia do verbo da oração subordinada estão congruentes. Na escala likert, por estarem congruentes, indicarão que os eventos são mais prováveis de ocorrer.
- Nas frases com verbo duvidar + modo subjuntivo, os segmentos críticos serão lidos mais rapidamente porque a semântica do verbo principal e a morfologia do verbo da oração subordinada estão congruentes. Na escala likert, por estarem congruentes, indicarão que os eventos são menos prováveis de ocorrer porque além da semântica do verbo principal, o modo verbal da oração subordinada contribui para uma interpretação *irrealis* do evento.
- Nas frases com o verbo acreditar + modo subjuntivo, os segmentos críticos terão um tempo de leitura maior porque a semântica do verbo principal e a morfologia do verbo da oração subordinada estão incongruentes. Na escala likert, por estarem incongruentes, indicarão que os eventos como menos prováveis em comparação com a condição acreditar + modo indicativo.

- Nas frases com o verbo duvidar + modo indicativo, os segmentos críticos terão um tempo de leitura maior porque a semântica do verbo principal e a morfologia do verbo da oração subordinada estão incongruentes. Na escala likert, por estarem incongruentes, indicarão que os eventos como mais prováveis em comparação com a condição duvidar + modo subjuntivo.

6.6 Resultados

Os dados foram organizados em uma planilha no IBM SPSS 21. Utilizamos o *Outlier Labeling Rule* (Turkey, 1977; Hoaglin et al, 1986), para identificar possíveis dados fora da curva e evitar ‘amputar’ a distribuição. Para aplicar essa regra, primeiramente são identificados os quartis 1 e 3, de modo a identificar os maiores e menores 25% dos dados da amostra. Em seguida é calculado o intervalo entre os quartis (IQR) ao diminuir o 1º do 3º quartil. O IQR é, então, multiplicado por um fator (g) para o qual Hoaglin et al. (1986) sugerem o valor 2.2. Assim, chegamos à seguinte regra:

Outlier Labeling Rule (Hoaglin, Iglewitz & Turkey, 1986)

$$g = 2.2$$

$$IQR = Q3 - Q1$$

$$g' = g * IQR$$

$$\text{Limite superior} = Q1 * g'$$

$$\text{Limite superior} = Q3 * g'$$

De modo a considerar os *outliers* como dados relevantes sem lhes dar um peso maior que o devido, os dados foram winsorizados (Wilcox et al. 2003), igualando os dados fora da curva aos dados limítrofes.

Abaixo, seguem os gráficos referentes ao padrão de leitura por tempo de resposta de cada segmento. Considerando que temos 12 condições, escolhemos iniciar a análise separando as leituras para frases com o verbo acreditar e duvidar. Os segmentos críticos são o segmento 4, em que temos os verbos nos modos indicativo ou subjuntivo, e o segmento 5, em que temos diferença entre os objetos diretos e sintagmas preposicionais.

A análise visual dos gráficos, abaixo, indica que, independente do verbo (acreditar ou duvidar) o segmento 5 é lido mais rapidamente quando se trata de objetos do que quando se trata de sintagmas preposicionais, o que é esperado. Porém, não parece haver uma diferença visual entre (i) verbos nos modos indicativo e subjuntivo no segmento 4, ou (ii) entre as preposições para e com no segmento 5.

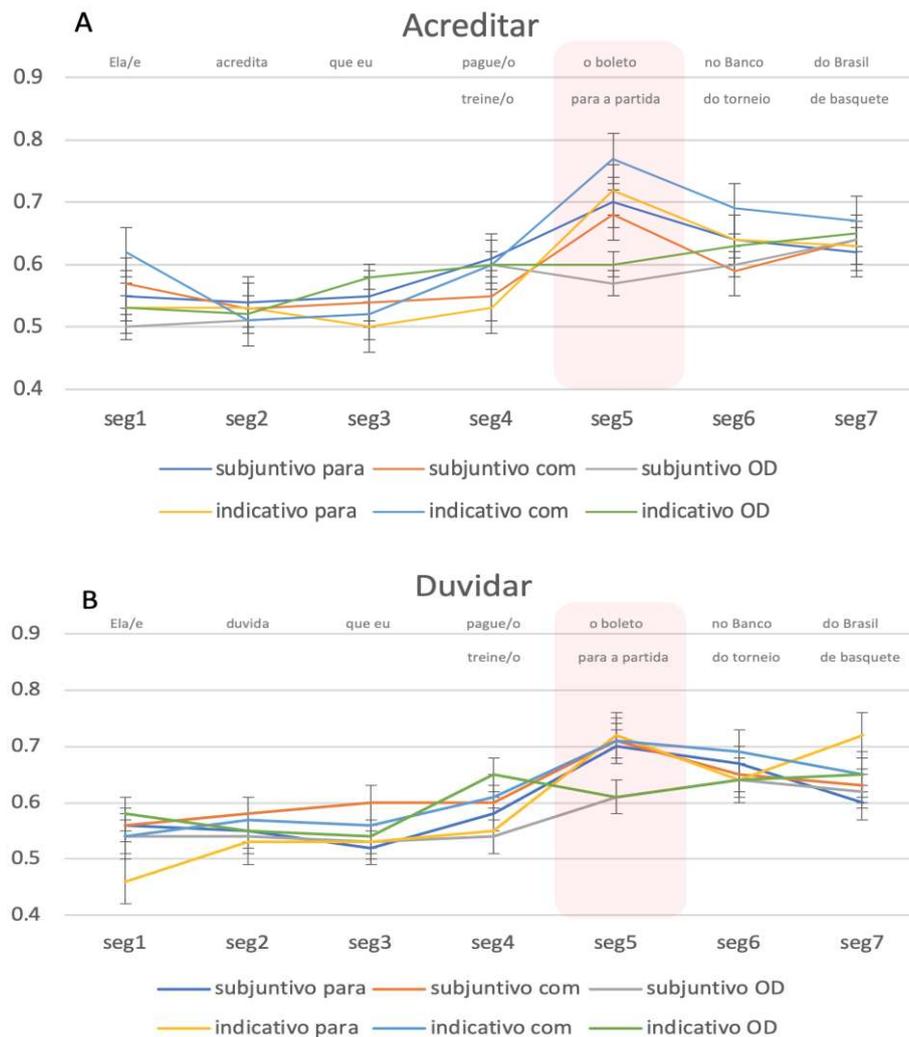
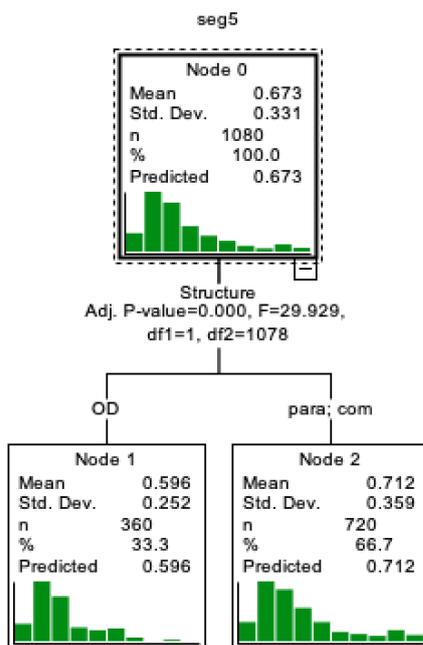


Figura 3: Padrão de leitura das frases experimentais em ms/segmento. O painel A indica o padrão para frases com o verbo acreditar. Já o Painel B indica o padrão para frases com o verbo duvidar. As barras indicam 2s.e.m. (erros padrão a partir da média).

Ademais, rodamos uma árvore de regressão CHAID (*Chi-Squared Automatic Interaction Detection*; KASS, 1980). Árvores de regressão são técnicas não-paramétricas que agrupam ou subdividem as variáveis dependentes de acordo com as variáveis independentes que melhor explicam a variação, no nosso caso, que melhor explicam a hipotética diferença no comportamento dos participantes. Caso haja interação, o algoritmo realiza agrupamentos hierárquicos considerando o peso das variáveis independentes de acordo com a variação nas variáveis dependentes. No caso da árvore CHAID, os agrupamentos, subdivisões e hierarquização dos nós são baseados em testes de hipótese, escolhendo o melhor teste para o tipo de dado, conforme informado manualmente no SPSS.

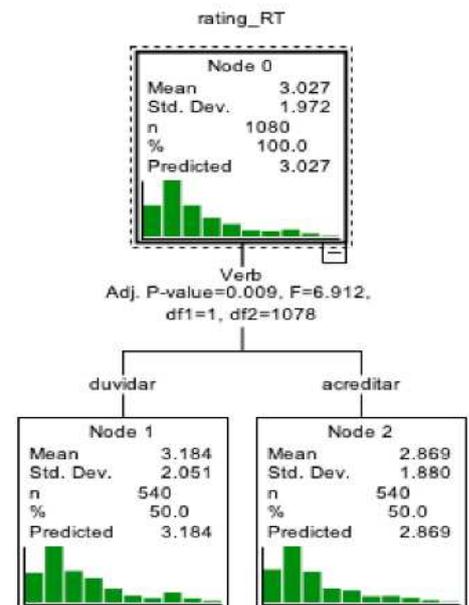


(ANoVA, $F(1,1080) = 29.929$, $p = .000$).

O mesmo método foi aplicado aos tempos de resposta à tarefa (julgamento em escala *likert*). Nesse caso, os agrupamentos foram feitos de acordo com a variável ‘verbo’. As sentenças com [acreditar] foram respondidas em média em 2,87s enquanto as sentenças com [duvidar] foram respondidas mais lentamente, em média em 3,18s (ANoVA, $F(1,1080) = 6.912$; $p = .009$).

Ainda quanto à tarefa, os participantes foram instruídos a julgar a probabilidade de ocorrência dos eventos descritos pelas frases que acabaram de ler. Numa escala de 1 a 5, as frases com o verbo [acreditar] foram indicadas como mais prováveis (3.51/5) que as frases com o verbo [duvidar] (3.02/5). A árvore de regressão CHAID, reporta uma diferença significativa entre essas respostas (Chi-Square, $\chi^2(1, 1.080) = 49.887$, $p < .001$).

Em nossa análise, os diagramas analisam os tempos médios de leitura e a distribuição desses tempos, buscando indicar o peso de cada variável independente e prever as diferenças entre as variáveis verbo, modo e estrutura. No nosso caso, como observado visualmente nos gráficos, o algoritmo não conseguiu realizar qualquer agrupamento em nenhum dos segmentos, exceto pelo segmento 5 na qual a variável estrutura foi escolhida para explicar a variação dos dados. O algoritmo agrupou as sentenças do tipo ‘b’ e ‘c’ (preposicionadas), que tiveram média de 712ms de leitura, dividindo-as das sentenças do tipo ‘a’ (não preposicionadas), que tiveram média de 596ms de leitura



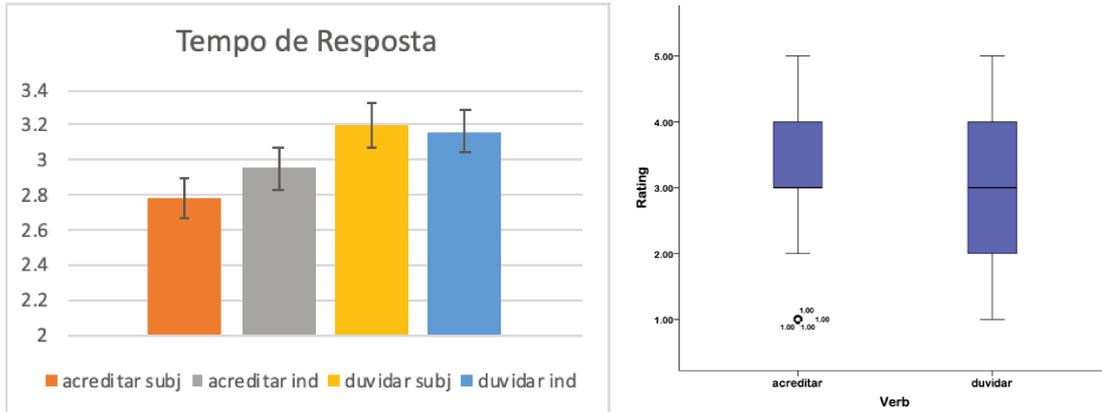


Figura 4: Comparação dos tempos de resposta (à esquerda) e boxplot da probabilidade de ocorrência do evento segundo respostas dos participantes (à direita).

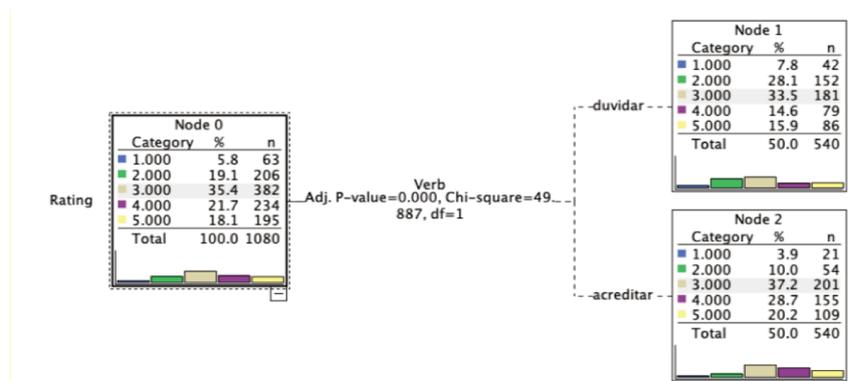


Figura 5: Árvore CHAID das respostas à tarefa “Qual a probabilidade de o evento ocorrer?”.

6.7 Discussão

Nesse experimento, o padrão de leitura das frases não apresenta qualquer efeito relacionado aos nossos objetivos. O único levantamento observado no padrão de leitura é o fato de que o segmento 5 é lido mais rápido quando o segmento não é preposicionado. Isso pode ser relacionado à estrutura, porém, é muito mais provável que seja relacionado à adição de uma palavra (a preposição) nesse segmento.

O tempo de resposta à tarefa parece ser uma medida relevante para as nossas hipóteses ao indicar que sentenças com o verbo [acreditar] têm respostas aproximadamente 300ms mais rápidas do que as sentenças com o verbo [duvidar], o que pode indicar uma maior certeza dos participantes na resposta. É importante ressaltar que apesar de não termos encontrado diferenças no padrão de leitura, essa resposta mais rápida nas frases com o verbo [acreditar] pode indicar que o falante teve mais facilidade em responder à pergunta por ser mais comum a variação entre modo indicativo e subjuntivo com o verbo acreditar, como previsto pelas gramáticas tradicionais e pelas descrições funcionalistas.

Além dos tempos de resposta, a própria resposta dos participantes também parece ser um fator importante a ser levado em consideração para nossas hipóteses. As frases com o verbo [acreditar] apresentam uma média maior do que aquelas com o verbo [duvidar], indicando que o verbo [acreditar], por indicar uma maior certeza do falante em relação ao evento descrito, é interpretado como indicador de maior probabilidade de ocorrência do evento. Os dados em relação à tarefa sustentam as teorias funcionalistas de modalidade pois, se o falante julga algo como mais possível, significa que ele tem mais evidências para acreditar no evento descrito, logo, a interpretação do ouvinte será de entender como algo mais provável.

Esses resultados parecem ressaltar que a modalidade do verbo principal (alta certeza ou baixa certeza) como determinantes para a interpretação. Alguns eventos podem ser por si só mais comuns do que outros o que pode, em experimentos futuros. No entanto, nesse experimento, o verbo principal foi determinante para a resposta das frases no geral.

Ainda em relação à tarefa, é importante observar que a pergunta escolhida (i.e. “qual a probabilidade de que o evento aconteça?”) pode parecer ambígua para os participantes, especialmente ao considerarmos que existe um ‘sujeito’ intermediário que **acredita** ou que **duvida** do evento, podendo a teoria da mente e a atribuição de falsa crença ser um fator de interferência durante a tarefa. Assim, seria interessante repensar a tarefa desse experimento de modo que facilitasse a diferença entre um julgamento pessoal e uma atribuição de certeza quanto ao emissor das frases lidas.

Vale ressaltar que, o modo (indicativo e subjuntivo) não foi considerado relevante para explicar nem o tempo de resposta nem a distribuição das respostas, o que parece indicar que não há relação do modo com a credibilidade da informação. Este experimento, portanto, não consegue corroborar a maior complexidade do modo subjuntivo, como levantado por Longchamps e Correa, 2009. Por outro lado, é importante lembrar que os verbos utilizados [acreditar e duvidar] por si só já indicam certeza e dúvida, o que pode ser considerado um viés. Em um contexto em que [acreditar] é usado no indicativo e no subjuntivo em contraste com [duvidar], é compreensível que, estatisticamente, não seja encontrada relevância do modo na explicação dos dados levantados.

Uma questão levantada por Gryner (2008) é de que a preferência de formas do presente do indicativo por mulheres não deve-se ao fato de ser a forma de maior prestígio, mas a um caráter mais assertivo expresso por essa combinação morfológica modo-temporal. Entretanto, diante dos resultados desse experimento, não é possível estabelecer uma relação

direta entre uso do presente do indicativo e expressão de maior assertividade, isso parece estar mais relacionado à carga semântica do verbo principal, uma vez que não foi encontrada diferença na tarefa de interpretação do experimento o verbo da oração subordinada estar ou não com a marcação morfológica coerente à modalidade da frase.

Em relação ao processo de variação entre modo subjuntivo e indicativo no Brasil, até o momento da pesquisa, é possível compreender que a modalidade do enunciado é percebida pela carga semântica do verbo principal. Desse modo, como afirma Bagno (2012), a marcação morfológica de modo subjuntivo é uma redundância linguística, ou seja, apenas reitera o modo que já foi expresso pela semântica do verbo principal.

7. Experimento II

Ao pensar estímulos para o experimento I, notamos que algumas frases com adjunto adverbial de tempo que indicam hábito (habitual / iterativo) pareciam favorecer o modo indicativo, isto posto, tiramos as frases com essa estrutura do teste anterior. Este ponto foi retomado neste segundo experimento, no qual formulamos uma nova hipótese de que o aspecto habitual / iterativo favoreceria o uso do indicativo porque colocaria a sentença em uma posição mais elevada na escala de certeza.

Adicionalmente, o experimento I deixou dúvidas quanto à influência do modo verbal (indicativo / subjuntivo) como variável capaz de induzir os participantes a uma maior ou menor escala de certeza. Nesse sentido, uma de nossas medidas neste experimento foi a utilização de um único verbo, acreditar, de modo a obter mais dados e verificar se alterar o modo verbal influencia ou não o julgamento dos participantes. Ademais, também alteramos a tarefa de forma que os participantes respondam a duas perguntas, uma relacionada a atribuição de certeza ao emissor da frase, envolvendo leitura (teoria) da mente, e a segunda relacionada ao seu próprio julgamento quanto à probabilidade de acontecimento das ações.

7.1 Materiais:

Nesse segundo experimento, os estímulos também terão 4 versões, como no quadro abaixo. Todas as sentenças, porém, terão o mesmo verbo principal (acredita), cruzando nossas condições na sentença subordinada. As condições a serem cruzadas são (i) aspecto pontual e habitual e (ii) modo indicativo e modo subjuntivo, completando um desenho 2x2.

Foram elaboradas 56 frases experimentais seguindo a estrutura abaixo. As colunas com fundo escuro correspondem as nossas regiões de interesse.

S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8
Eu	Acredito	que ele	leia	para a criança	hoje à noite	no quarto	com lanterna
Eu	Acredito	que ele	Lê	para a criança	hoje à noite	no quarto	com lanterna
Eu	Acredito	que ele	leia	para a criança	toda noite	no quarto	com lanterna
Eu	Acredito	que ele	Lê	para a criança	toda noite	no quarto	com lanterna

A hipótese é que o aspecto habitual/iterativo favorece o modo indicativo, por isso os segmentos críticos serão o do verbo (segmento 4), que poderá indicar alguma preferência dos participantes pelo modo indicativo ou subjuntivo, e especialmente os segmentos 6 e 7 que indicam o aspecto (pontual ou iterativo) para a frase. Como o segmento 7 é um dos segmentos críticos, adicionamos um novo segmento de modo que a frase não termine na região de interesse e exista uma proteção para eventuais efeitos tardios (*spill-over*).

Essa possível relação de uso do subjuntivo com o aspecto pontual é porque de acordo com Pimpão (1999) o subjuntivo é uma categoria morfofonológica pragamática que se mostra atuante sobre o traço de futuridade da sentença. O aspecto pontual envolve um traço de futuridade enquanto o aspecto habitual tem um intervalo de tempo espreado. De acordo com Bittencourt (2012) é evidente a estreita relação entre habitualidade e atemporalidade.

Todos os materiais, experimento e dados constam na pasta “Experimento 2”, no projeto OSF que pode ser acessado pelo seguinte link:

https://osf.io/uktcz/?view_only=725a6e0995cd41b88f4ef8dafaa661d1

7.2 Participantes

Esse experimento também é previsto no (CAAE 86648818.6.0000.8142), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais da Unicamp. Foram recrutados 20 participantes (12 mulheres), falantes nativos do português do Brasil, com idades entre 20 e 35 anos, com visão normal ou corrigida. Todos eram universitários, mas foi vedada a participação de estudantes de Linguística e demais áreas dos estudos da linguagem, bem como pessoas que tivessem conhecimento prévio sobre os temas dessa pesquisa.

7.3 Hipóteses

- a. O verbo acreditar, segundo Palmer (2001), indica que o falante tem uma maior evidência para comprovar a realidade/factualidade do evento. Essa hipótese foi corroborada no Experimento I uma vez que na tarefa do experimento, a média ficou deslocada para a direita, que indicava maior probabilidade, como pode ser visto no boxplot. O que buscamos saber nesse experimento é se além da carga semântica do verbo principal, o aspecto iterativo pode favorecer ainda mais essa interpretação *realis* por ter uma projeção espalhada de tempo (Pimpão, 2015).
- b. O aspecto pontual, por ter uma projeção futura, tornaria a frase mais *irrealis* então o uso do modo subjuntivo estaria em seu contexto de uso de acordo com a gramática normativa, também de acordo com o *continuum* de Pimpão (2012).

7.4 Procedimentos

Assim como o primeiro teste, esse experimento foi elaborado PsychoPy (v.1.82; Peirce, 2017), aplicado no Windows 10, no mesmo laptop Dell 15.6". Os participantes foram posicionados a aproximadamente 50cm da tela.

As frases experimentais foram divididas em 8 segmentos que são apresentados no centro da tela, bastando o participante pressionar a barra de espaço para navegar entre os segmentos. Ao final, para evitar a ambiguidade observada na tarefa do experimento I, adicionamos mais uma tarefa.

Vale ressaltar que, quanto à tarefa, observamos que a questão do experimento anterior poderia ser ambígua para os participantes, que poderiam não saber se deveriam responder segundo sua própria percepção ou se deveriam responder conforme a percepção de quem proferiu a frase, o que se caracterizaria numa tarefa de Teoria da Mente.

De modo a tentar sanar esses problemas de desenho, a tarefa foi separada em duas partes. Na primeira, o participante é perguntado quanto ao grau de certeza da pessoa que hipoteticamente proferiu a sentença estímulo [*“Considere a pessoa que proferiu essa frase. O quanto você acha que ele tem certeza de que a ação irá acontecer?”*], se configurando em uma tarefa relacionada com a Teoria da Mente. As respostas eram dadas numa escala *likert* de 5 pontos sendo que “1” indica “muita incerteza” e 5 corresponde a “muita certeza”. A segunda tarefa o questiona especificamente sobre sua própria percepção do evento, [*“Agora, para você, tendo lido essa frase, qual a probabilidade de que a ação aconteça?”*]. As respostas eram dadas também em uma escala *likert* sendo “1” correspondente a “nada

provável” e “5” correspondente a “muito provável”. As respostas eram dadas através do clique de um mouse USB e foi registrado o tempo de cada resposta. O limite para as respostas era de 5 segundos.

Para minimizar efeitos de curva de aprendizagem, uma versão de treinamento com 15 frases era apresentada antes do experimento principal, de modo que o participante se sintia habituado à tarefa. Os estímulos eram apresentados em ordem aleatória, na fonte Arial, no tamanho padrão do PsychoPy (0.1), em cor branca em fundo preto. Cada participante levou cerca de 30 minutos para finalizar o teste.

7.5 Previsões

Os segmentos críticos serão os 4, 6 e 7:

- As frases de modo indicativo + iterativo os segmentos críticos 6 e 7 serão lidos mais rapidamente porque o modo e o aspecto estão congruentes com o contexto. Na escala *likert*, por estarem congruentes, indicarão que os eventos são mais prováveis de ocorrer.
- As frases de modo subjuntivo + pontual os segmentos críticos 6 e 7 serão lidos mais rapidamente porque o modo e o aspecto estão congruentes com o contexto. Na escala *likert*, por estarem congruentes, indicarão que os eventos são menos prováveis de ocorrer.
- As frases de modo indicativo + pontual os segmentos críticos 6 e 7 serão lidos mais rapidamente porque o modo e o aspecto estão incongruentes com o contexto. Na escala *likert*, por estarem incongruentes, as respostas podem ser mais distribuídas.
- As frases de modo subjuntivo + pontual os segmentos críticos 6 e 7 serão lidos mais rapidamente porque o modo e o aspecto estão congruentes com o contexto. Na escala *likert*, por estarem congruentes, as respostas podem ser mais distribuídas.

7.6. Resultados

A análise de dados se deu de acordo com o que já fora realizado no experimento 1. Os dados foram tratados segundo a *Outlier Labeling Rule* ($g=2.2$) e winsorizados. O padrão de leitura de cada condição pode ser observado abaixo e, em uma análise visual, é possível observar que a condição indicativo-iterativo parece mais custosa que as demais no segmento

4. Porém, numa árvore de decisão CHAID, nenhuma condição foi considerada estatisticamente significativa, como pode ser observado na figura abaixo.

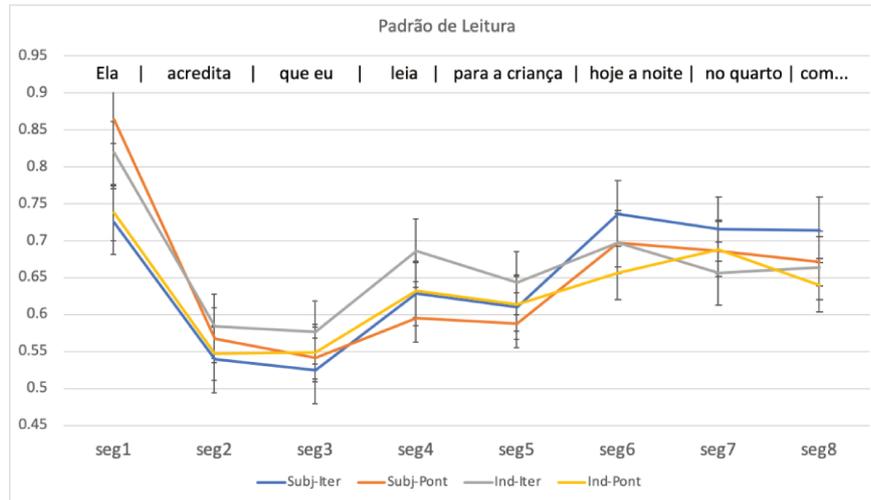


Figura 6: Padrão de leitura das frases experimentais. As barras indicam 2 s.e.m.

Ao analisar a resposta das tarefas, os tempos de resposta não apresentam qualquer diferença visual ou significativa. Quanto à segunda tarefa, é possível imaginar que juntar as condições pontuais (laranja e amarela) e as comparando com as condições iterativas (azul e cinza), haveria uma diferença. Porém, o algoritmo não indicou a variável aspecto como capaz de classificar os resultados, logo, não há diferença estatística.

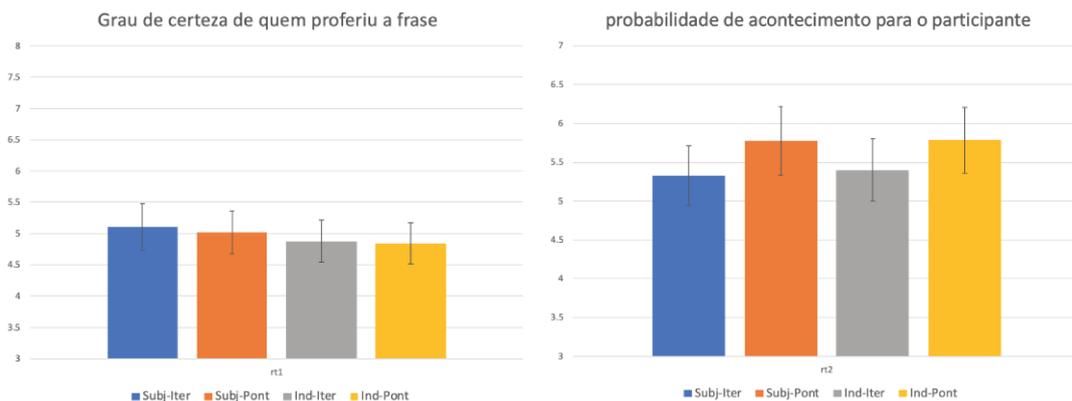


Figura 7: Tempos de resposta às duas tarefas. Nenhuma diferença significativa foi encontrada.

Ao comparar a porcentagem de respostas para a tarefa 1, o algoritmo indica que apenas a variável 'modo' é capaz de explicar a variação nos julgamentos. No caso, as frases no modo indicativo apresentam respostas mais altas, ou seja, os participantes julgam os

eventos mais prováveis do que as sentenças no modo subjuntivo. Quanto à tarefa 2, nenhuma variável foi capaz de classificar as respostas.

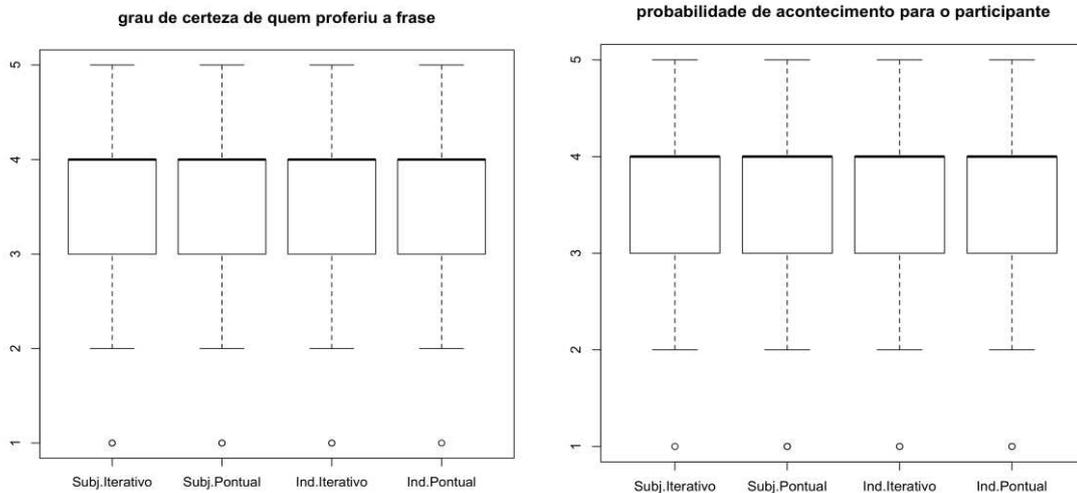


Figura 8: Boxplot das respostas dos participantes às tarefas 1 (esquerda) e 2 (direita). O gráfico indica que a distribuição geral das é semelhante entre todas as condições.

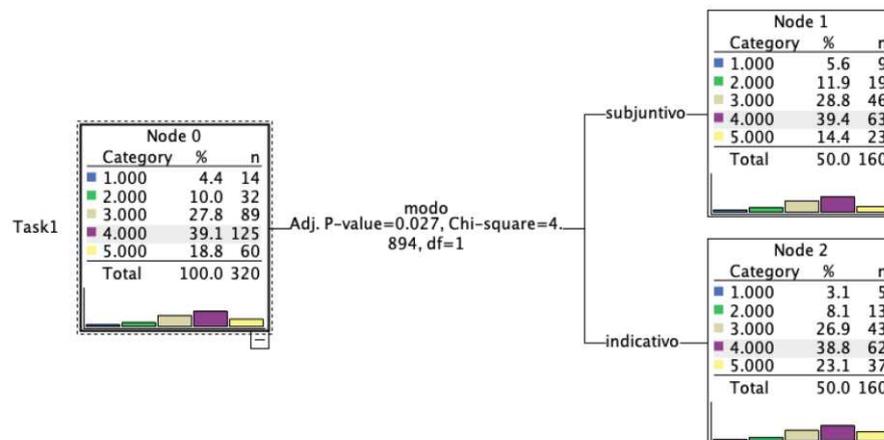


Figura 9: Árvore de decisão CHAID. O algoritmo indica que a variável ‘aspecto’ não foi relevante para classificar as respostas dos participantes para a tarefa 1 [“Considere a pessoa que proferiu essa frase. O quanto você acha que ele tem certeza de que a ação irá acontecer?”]. Porém, a variável ‘modo’ consegue explicar a variação das respostas, sendo as sentenças no modo indicativo mais prováveis do que as sentenças no modo subjuntivo. Apesar de a distribuição geral das respostas (boxplot) ser semelhante, a maior proporção de respostas se encontra nas frases do modo indicativo.

7.7 Discussão

Os resultados do experimento 2 indicam que as variáveis controladas (modo e aspecto) não induzem mudanças no padrão de leitura dos participantes. Vale ressaltar que esse resultado está de acordo com os encontrados no experimento 1, em que apenas a variável ‘verbo’ da sentença principal (acreditar ou duvidar) foi capaz de categorizar em dois grupos a variação dos tempos de leitura na região do objeto da subordinada (efeito tardio / *spill-*

over). Considerando que esse experimento utilizou apenas o verbo acreditar, é compreensível que as sentenças não apresentem qualquer diferença significativa. Ademais, os tempos de resposta às tarefas também não foram modulados por qualquer das variáveis controladas nesse teste.

O único resultado apresentado se encontra no julgamento da tarefa 1, na qual os participantes deveriam atribuir um nível de certeza ao emissor da frase lida. Como previsto, as frases no modo indicativo apresentam um maior índice de julgamentos positivos (mais prováveis) do que as frases no modo subjuntivo. O resultado corrobora Palmer (2001) e nossas previsões que não foram observadas no experimento 1, de que o modo poderia funcionar como um indicador de evidencialidade, modificando a percepção por parte do receptor quanto ao grau de certeza do emissor.

Curiosamente, a tarefa 2 que solicitava ao participante um julgamento sobre a probabilidade de ocorrência do evento não apresentou diferenças significativas, o que, a princípio, vai contra os resultados do experimento 1 e da tarefa 1. Porém, esse resultado pode ser explicado. Repare nossa observação de que a tarefa do experimento 1 poderia ser ambígua para o participante quanto a um julgamento próprio de certeza ou o julgamento do sujeito da sentença principal. A segunda interpretação da tarefa faz dela um exercício de atribuição de crença.

As tarefas do nosso experimento 2 tinham o objetivo de deixar claras as duas possíveis interpretações, separando o julgamento pessoal da ‘leitura da mente’. Desse modo, podemos interpretar que os resultados aqui descritos indicam que os modos indicativo e subjuntivo são capazes de influenciar as respostas dos participantes, mas somente em contextos de leitura de mentes, visto que o participante não tem como atestar um grau de certeza quanto ao evento, o que provavelmente deve acontecer com os evidenciais.

Grosso modo, podemos dizer que ao ouvirmos ou lermos frases no indicativo, compreendemos que a pessoa que nos disse/escreveu tem evidências e um maior nível de certeza do que está falando do que se usasse o modo subjuntivo. Porém, ao se distanciar da situação, o participante do experimento em si não tem as mesmas evidências da pessoa que emitiu a frase lida, logo, não tem como julgar a probabilidade de ocorrência do evento. Ainda assim, nossa intenção era a de introduzir as evidências de ocorrência da ação através de pistas linguísticas, no caso, através do aspecto (pontual / iterativo), o que parece ter falhado.

Nossas frases iterativas indicam a existência de um hábito (eventos genéricos nos termos de Carlson e Pelletier, 1995). Em resumo, se uma ação acontece todos os dias, é

natural que ela aconteça novamente no dia seguinte, resultando nu, julgamento mais alto. O contrário poderia ser dito das frases pontuais que, na ausência de um hábito, não se constituiria em uma pista que corroborasse a probabilidade de ocorrência da ação, resultando em um julgamento mais neutro. Nossos resultados, porém, indicam que essas pistas não foram suficientes nem na tarefa 2, nem mesmo na tarefa 1 considerando que ‘aspecto’ não foi um fator relevante na explicação dos resultados da árvore de decisão CHAID.

8. Considerações Finais

As línguas que possuem marcação morfológica de modo, apresentam contextos de uso onde a alternância da marcação morfológica de modo subjuntivo e indicativo é uma escolha do falante (Lavandera, 1984). No entanto, segundo a Linguística Funcionalista, há uma escala de distribuição dos modos verbais em que, em determinado ponto, segundo Givón (1994), passa-se a ser necessário para a gramaticalidade da sentença, o uso da marcação morfológica de subjuntivo. Essa escala é a escala da certeza, a qual pressupõe que quanto mais certeza o falante tem de uma ação (julgamento do falante), mais evidências ele tem da ação (evidencialidade), logo, ele expressará a frase como *realis* e privilegiará o uso do indicativo. Em seu oposto, quanto menos certeza, menos evidências, o falante expressará a frase como *irrealis* e privilegiará o uso do subjuntivo.

O português brasileiro é uma língua que não possui marcadores morfológicos de evidência, o que pode facilitar uma variação das marcações morfológicas de modo de acordo com a escolha do falante. Desse modo, no experimento de leitura automonitorada, não é possível perceber diferença no padrão cognitivo de leitura entre o modo indicativo e subjuntivo. No entanto, é clara a diferença semântica, o verbo [acreditar], possui uma carga semântica de alta certeza, por isso, mais *realis*. Logo, é possível de ser expresso com a marcação morfológica de modo indicativo ou de subjuntivo, alternância atestada pela gramática normativa. No entanto, o verbo [duvidar], possui uma carga semântica de baixa certeza, por isso mais *irrealis*, logo, é prescrito pelas gramáticas normativas o uso da marcação morfológica de modo subjuntivo. Além da prescrição das gramáticas normativas, a obrigatoriedade de marcação morfológica do modo subjuntivo nas orações subordinadas de sentenças com o verbo [duvidar] é atestada por Palmer (2001) no espanhol. No entanto, o PB não funciona como o Espanhol, pois os estudos sociolinguísticos apontam para a alternância

mesmo em contextos de baixa certeza, assim como os resultados dos padrões de leitura nos experimentos I

No experimento I, o uso da marcação morfológica de modo indicativo não afetou o padrão de leitura, nem com as sentenças cujo verbo principal era o verbo [duvidar]. No entanto, o tempo de resposta das frases com o verbo [acreditar] foi 300ms mais rápido, o que pode indicar maior certeza do falante nas respostas. Apesar do padrão de leitura não ser afetado, a rapidez na resposta pode indicar uma maior aceitabilidade do falante da variação do modo do verbo da oração subordinada, com o verbo [acreditar] na oração principal. Desse modo, pelo experimento I, é possível afirmar que a alternância entre a marcação morfológica de modo indicativo e de subjuntivo nas orações com o verbo [duvidar] na oração principal seja de fato uma variação linguística, no sentido da escolha morfológica que não afetar o padrão de leitura, porém, há uma diferença de interpretação, como apontado anteriormente.

Diante dos resultados do Experimento I, fizemos um segundo experimento visando compreender se a alternância morfológica de modo na oração subordinada era uma variação linguística e também se a carga semântica do verbo [acreditar] era o único fator facilitador da variação. De acordo com Pimpão (2012), a marcação morfológica de modo subjuntivo é favorecida em contextos de projeção futura, portanto, o aspecto pontual favoreceria o uso da marcação morfológica de modo subjuntivo, enquanto o aspecto iterativo, por ter uma projeção espalhada, favoreceria a alternância entre a marcação morfológica de modo subjuntivo e indicativo. Isto posto, nos resultados do experimento, não houve alterações no padrão de leitura e o aspecto não foi um fator relevante para a decisão nas respostas às tarefas. No entanto, o modo indicativo por si só tanto em contextos iterativos/habituais ou pontuais apresentou maior índice de julgamentos positivos (mais prováveis) do que no modo subjuntivo.

Em suma, a alternância entre modos verbais nas orações subordinadas não afeta o padrão de leitura das pessoas, tal fato corrobora com os estudos que mostram uma variação linguística em curso no PB. No entanto, os resultados das tarefas do segundo experimento, principalmente, apontam para uma mudança de interpretação ao utilizar a morfologia de modo indicativo. Portanto, é possível afirmar que, na escala de certeza, o português brasileiro permite uma alternância nas frases com o verbo [duvidar] e [acreditar], porém, essa alternância afeta significativamente a interpretação da frase, tornando-a mais ou menos irrealis.

Desse modo, pode-se afirmar que o uso da marcação morfológica de modo indicativo ou subjuntivo em orações subordinadas é uma escolha do falante (Lavandera, 1984) em deixar a frase mais ou menos assertiva, portanto, uma decisão mais pragmática.

Bibliografia:

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012

BARBOSA, A. F. **Alternância de Formas Indicativas e Subjuntivas na fala de Vitória (ES)**, p. 213, 2013.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. [s.l.] Nova Fronteira, 2012.

Bittencourt, D. L. R. **A construção condicional hipotética e a modalidade: uma inter-relação lógica**. *Cadernos do IL*, (44), p. 075-096, 2012.

BHAT, D. N. S. **The Prominence of Tense, Aspect, and Mood**. [s.l.] John Benjamins Publishing, 1999.

BRANDÃO, S. M. [UNESP. **Alternância verbal em construções condicionais – um fenômeno variável?** [s.l.: s.n.].

BROCA, P. *Sur le siège de la faculté du langage articulé*. In: **Bulletins de la Société Anthropologique de Paris**, p. 377-393, 1865.

CASTILHO, A. **Introdução ao estudo do aspecto na língua portuguesa**. 1968.

CARLSON, G.N. ; PELLETIER, F.J. **The Generic Book**, University of Chicago Press, 1st edition, 1995.s

CARVALHO, H. M. *Alternância das formas subjuntivo e indicativo na fala do Ceará: uma análise variacionista*. **Linha D'Água**, v. 27, n. 1, p. 169–190, 2014.

COMRIE, B. On Reichenbach's approach to tense. In: HENDRICK, R.; MASEK, C.; MILLER, M. (Ed.). **Papers from the Seventeenth Regional Meeting**, 1981.

COMRIE, B.; COMRIE, P. OF L. B. **Tense**. [s.l.] Cambridge University Press, 1985.

CORBARI, A. T.; BIDARRA, J.. *O modal dever epistêmico e deontico: um problema de processamento lexical*. **Ciências & Cognição**, v. 11, p. 120–131, 2007.

CHOMSKY, N. **Current Issues in Linguistic Theory**. [s.l.] Walter de Gruyter, 1964.

DAHL, Östen. **Tense and aspect systems**. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

DE MIGUEL, E. El aspecto léxico. In: **Gramática descriptiva de la lengua española**. Espasa Calpe, 1999. p. 2977-3060.

DE VILLIERS, J. **Meme or module? Web conference on Coevolution of language and Theory of Mind**, 2004.

DOMINGOS, R. **Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado**. UFSC, Florianópolis, 2004.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. DE. **Gramática nova**. [s.l.] Editora Ática, 2012.

FURTADO DA CUNHA, Angélica. *Funcionalismo*. In: **Manual de Linguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

FURTADO DA CUNHA, Angélica; COSTA, Marco Antônio; CEZARIO, Maria Maura. *Pressupostos teóricos fundamentais*. In: **Linguística Funcional: teoria e prática**. 1ª edição. [s.l.]: Parábola Editorial, p. 21–47, 2015.

FRIEDMANN, N.; LAVI, H. **On the order of acquisition of A-movement, WH-movement and V-C movement**. In A. Belletti, E. Bennati, C. Chesi, E. Di Domenico, & I. Ferrari, Eds. *Language acquisition and development*. New Castle, UK: Cambridge Scholars Press/CSP, 2006. p. 211-217.

FRIEDMANN, N. **Young children and A-chains: the acquisition of Hebrew unaccusatives**. In: *Language Acquisition*, v. 14, n. 4, 2007. p. 377-422.

GIVÓN, T. *Irrealis and the Subjunctive*. **Studies in Language**, v. 18, p. 265–337, 1994.

_____, T. **On Understanding Grammar**. [s.l.] Academic Press, (1979), 2013. GÖRSKI, E.M. Et al. *Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis*. In: VANDRESEN, P. (org.) *Variação e mudança no português falado da região sul*. PLOTAS: Educat, 2002. (p. 217-268)

GRYNER. *Consecutio temporum: tendências em conflito no complexo condicional*, **Revista Diacrítica**, 2008.

LUST, B.; FLYNN, S.; FOLEY, C. **What Children Know About What They Say: Elicited Imitation as a Research Method for Assessing Children's Syntax**. In: D. McDaniel, C. McKee, and H. Cairns, Eds. *Methods for Assessing Children's Syntax*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1996. p. 55-76.

HOPPER, Paul; THOMPSON, Sandra. *Transitivity in Grammar and Discourse*. **Language**, v. 56, 1980.

JESCULL, L.; ROEPER, T. *Evidentiality vs. Certainty: Do children trust their minds more than their eyes?*, In: CRAWFORD, J.; OTAKI, K.; TAKAHASHI, M. (eds.) **Proceedings of the 3rd conference on generative approaches to language acquisition, North America**, Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, pg. 107-115, 2009.

KASS, G. V. *An exploratory technique for investigating large quantities of categorical data*. *Applied Statistics*, 29, 119-127, 1980

KRATZER, A. *The notional category of modality*. In: **Words, worlds, and contexts: new approaches in word semantics**. [s.l.: s.n.], 1981, p. 639–650.

KRATZER, A. *Modality*. In: **Semantik/Semantics: An International Handbook of Contemporary Research**, Arnim von Stechow & Dieter Wunderlich (eds.), 1991, 639–650. Berlin: de Gruyter.

LAVANDERA, B. *Variación y significado*. Buenos Aires: Lachette, 1984

LONGCHAMPS, Jacqueline; CORRÊA, Leticia. A percepção e a expressão nas distinções de modo por crianças na aquisição do português brasileiro. In: **Anais ABRALIN**. [s.l.: s.n.], 2009. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Jacqueline%20Rodrigues%20Longchamps%20-%20ok.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

LYNCH, Andrew. *The Subjunctive in Miami Cuban Spanish: Bilingualism, Contact, and Language Variability*. 1999. Disponível em: <<https://works.bepress.com/andrewlynch/22/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

LYONS, John. **Semantics**: [s.l.]: Cambridge University Press, 1977.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de lingüística**. [s.l.]: Contexto, 2008.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; KENNEDY, Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Parábola Editorial, 2015, p. 11–20. (1ª edição).

MCLENDON, Sally. Evidentials in Eastern Pomo with a comparative survey of the category in other Pomoan Languages IN: AIKHENVALD, A.Y.; DIXON, M.W. (eds). **Studies in Evidentiality, Typological Studies in Language**, v.54, Amsterdam: John Benjamins, p.101-129, 2003.

MITHUN, Marianne. **The Languages of Native North America** -. [s.l.]: Cambridge University Press, 1999.

NARROG, Heiko. **Modality, Subjectivity, and Semantic Change: A Cross-Linguistic Perspective**. [s.l.]: OUP Oxford, 2012.

OLIVEIRA, Maria. **O uso do modo verbal em estruturas de complementação do Português do Brasil**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2877/1/2007_MariadoCarmodeOliveira.PDF>. Acesso em: 11 jul. 2017.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. [s.l.: s.n.], 1986.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. [s.l.]: Cambridge University Press, 2001.

PAPAFRAGOU, A. **Modality: Issues in the Semantics-pragmatics Interface**. [s.l.] Elsevier, 2000.

PEREIRA, Maria Angela Botelho. **Aspectos da oposição modal indicativo/subjuntivo no Português Contemporâneo**. 1974, 265 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1974.

PIMPÃO, Tatiana. **Uso variável do presente no modo subjuntivo: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX**. Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100400>>.

PIMPÃO, Tatiana. **Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática**. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1999. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/112299/181677.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

SANTOS, W. **A morfologia do indicativo na expressão do modo subjuntivo em São Paulo e São Luís**. text—[s.l.] Universidade de São Paulo, 23 mar. 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral** -. 28. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. 4. ed. Uberlândia: EDUFU, 2006

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. [s.l.]: Martins Fontes, 2003.

TURKEY, J.W. **Exploratory Data Analysis**, Reading, MA: Addison-Wesley, 1977.

VIEIRA, Marta. **Alternância no uso dos modos indicativo e subjuntivo em orações subordinadas substantivas: uma comparação entre o português do Brasil e o francês do Canadá**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

WEINER, E. J., & LABOV, W. **Constraints on the agentless passive**. *Journal of linguistics*, 19(1), p.29-58, 1983.

WERNICKE, J. *Der Aphasische Symptomencomplex*. In: **Eine Psychologische Studie auf Anomischer Basis**. Breslau, 1875.

WILCOX, R.R.; KESELMAN, H.J. **Modern Robust Data Analysis Methods: Measures of Central Tendency**. *Psychological Methods*, v. 8, n. 3, p.254-274, 2003.

Anexos

Todos os materiais, experimento e dados constam na pasta “Experimento 1”, no projeto OSF (Open Science Framework) que pode ser acessado pelo seguinte link:

https://osf.io/uktcz/?view_only=725a6e0995cd41b88f4ef8dafa661d1